

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Graduação em Antropologia

Isaías Franco Ramalho

PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E REASSENTAMENTO:

o caso do quilombo Porto Corís

Belo Horizonte

2019

Isaías Franco Ramalho

PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E REASSENTAMENTO:

o caso do quilombo Porto Corís

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Antropologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Flávia Moreira Santos

Área de concentração: Ambiente e Sociedade

Belo Horizonte

2019

Isaías Franco Ramalho

PROCESSOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E REASSENTAMENTO:

o caso do quilombo Porto Corís

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de graduado em Antropologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Flávia Moreira Santos

Área de concentração: Ambiente de Sociedade

Prof^a Dr^a Ana Flávia Moreira Santos – UFMG (Orientadora)

Prof. Dr. Marcos Cristiano Zucarelli – UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 05 de julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço a Deus, força motriz de tudo.

Agradeço os meus irmãos, Luciano, Márcio, Vicente, e minha irmã, Josemary, pelas diversas formas de auxílio (material, afetiva e espiritual) que me proporcionaram a realização de minha graduação.

Agradeço minha mãe pelo amor e ajuda incondicionais.

Agradeço Carla pela tradução do resumo desta monografia.

Agradeço Ana Flávia, minha orientadora, pela sua inesgotável paciência e preciosos conselhos. Seu o seu auxílio jamais teria concluído esta monografia.

Agradeço o povo de Porto Corís, especialmente Adão, sua esposa, Marli, e seus filhos, Messias, Alice e Thiago, pela magnífica hospitalidade e por terem aceitado a presença de um estranho no seio da família por duas semanas. Não me esquecerei nunca das nossas agradáveis conversas na cozinha da casa, aquecidos pelo fogão à lenha.

Por fim, agradeço a todos(as) que de alguma forma contribuíram.

No tempo do cativo o escravo Germano, avô de Pedro Coelho, foi para a beira do rio Jequitinhonha em busca de paz e fartura. Em Porto Corís fez seus roçados; lá nasceram e foram criados seus filhos, netos e bisnetos. Eles ficaram usando a terra em comum, repartindo seus mantimentos, enfrentando juntos alegrias e dores.

Hoje a CEMIG quer construir uma grande barragem no Jequitinhonha, a usina de Irapé. Se a barragem for construída vai afogar Porto Corís. A comunidade dos Corís vai se acabar, e com ela a história do velho cativo Germano. A terra que criou com tanto gosto seus filhos, netos e bisnetos, ficará embaixo de duzentos metros de água.

O trabalhador rural Pedro Coelho não plantará mais o seu roçado, nem terá a alegria de repetir com seu povo os frutos do trabalho.

Triste país este, que faz o progresso das empresas fabricando excluídos. Triste riqueza esta, feita às custas da fome, da miséria e da destruição da memória dos trabalhadores rurais.

Eduardo Magalhães Ribeiro

RESUMO

Esta monografia possui como tema central a análise da situação social atual da comunidade quilombola Porto Corís (Leme do Prado – Minas Gerais), após ter sido compulsoriamente deslocada, devido à construção da Usina Hidrelétrica de Irapé. Sendo assim, analisando as condições atuais de reprodução sociocultural de Porto Corís, percebi que houve um afrouxamento dos laços sociais e diminuição da reciprocidade social entre os membros da comunidade. Acredito que isso decorre da alienação da comunidade das terras tradicionalmente ocupadas e devido ao fato dela ter sido reassentada com base na ótica da propriedade privada, sendo esta uma forma de posse e uso historicamente estranhas a Porto Corís, que fazia um uso comum das terras.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha; Usina Hidrelétrica de Irapé; Porto Corís; deslocamento compulsório.

ABSTRACT

The central theme of this assignment is the analysis of the current social situation of the Quilombola community Porto Corís (Leme do Prado - Minas Gerais) after having been compulsorily displaced due to the construction of the Irapé Hydroelectric Power Plant. Therefore, by analyzing the current conditions of socio-cultural reproduction of Porto Corís, I noticed that there was a loosening of social ties and a decrease in social reciprocity among members of the community. I believe that this is due to the alienation of the community from the traditionally occupied lands and to the fact that it was resettled based on the perspective of private property, which is a form of ownership historically unusual to Porto Corís, where there was a common use of the land.

Keywords: Jequitinhonha Valley; Irapé Hydroelectric Power Plant; Porto Corís; compulsory displacement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, suas sub-regiões e microrregiões	27
Mapa 2 – Localização da UHE Irapé no rio Jequitinhonha	27
Foto 1 – Porto Corís anteriormente ao deslocamento	65
Foto 2 – Porto Corís atual	65
Foto 3 – Caixa de captação de água da chuva construída pela ONG Campo Vale	66
Foto 4 – Casa de Marlene e Helder	66
Foto 5 – Casa de Ângela e Geraldo no antigo território	67
Foto 6 – Casa de Ângela e Geraldo do reassentamento	67
Foto 7 – Escola	68
Foto 8 – Igreja	68
Foto 9 – Centro de Referência de Porto Corís	69
Foto 10 – Praça	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

Campo Vale – Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha

COPAM – Conselho de Política Ambiental

EIA – Estudo de Impacto Ambiental

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FEAM – Fundação Estadual de Meio Ambiente

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LP – Licença Prévia

LI – Licença de Instalação

LO – Licença de Operação

MPF – Ministério Público Federal

MW – Megawatts

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

TA – Termo de Acordo

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

UHE – Unidade de Produção de Energia Hidrelétrica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1	21
1.0 – IMAGENS CONSTRUÍDAS DO VALE DO JEQUITINHONHA	21
1.1 – Processo de licenciamento da UHE Irapé	28
CAPÍTULO 2	36
2.0 – PORTO CORÍS ANTERIORMENTE AO DESLOCAMENTO	36
2.1 – O processo de licenciamento e deslocamento vividos pela comunidade	45
2.2 – Situação da comunidade após o reassentamento	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
BIBLIOGRAFIA	62
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

Neste trabalho de conclusão de curso analisei a situação social atual da comunidade quilombola Porto Corís, que está localizada no Vale do Jequitinhonha, município de Leme do Prado – MG. Na década de 90, a comunidade teve tituladas as suas terras tradicionalmente ocupadas, mas devido à construção da Usina Hidrelétrica de Irapé, ela foi deslocada para outro local.

Antes de iniciar o trabalho etnográfico propriamente dito, planejei uma estratégia de aproximação da comunidade, que resultou numa exígua visita de um dia a Porto Corís, em junho de 2017. Nesta ocasião, na qual foi possível conhecer apenas o presidente da Associação Quilombola e sua família, apresentei a minha intenção de eleger a comunidade, o seu processo de deslocamento e a forma como vivem hoje, como tema do meu trabalho de conclusão de curso. Tendo recebido a anuência, combinamos que eu retornaria em breve a fim de realizar a pesquisa.

O trabalho etnográfico ocorreu em fins de julho e início de agosto de 2017 (26/07/2017 a 09/08/2017), totalizando duas semanas de permanência em Porto Corís. Adotando o método da “observação participante”, procurei me envolver na vida da comunidade e realizei 13 entrevistas semiestruturadas, buscando sempre saber como era a vida do grupo antes do deslocamento e os impactos deste sobre a situação social atual. Sendo assim, busquei conhecer quais eram as práticas tradicionais, as relações de trabalho inter e intragrupal, as formas de reciprocidade e os modos de apropriação e uso da terra, observando se existe ou não alguma dificuldade na reprodução destes elementos à nova realidade e ao modelo de reassentamento (agrovila) no qual o grupo foi reassentado. Também, procurei interpretar o processo de licenciamento da UHE Irapé a partir da experiência relatada pelos próprios corís¹, investigando como se deu a reivindicação de constituírem uma comunidade quilombola, se houve resistência à saída de suas terras e como se deram as negociações realizadas com a CEMIG.

Em geral, as entrevistas foram realizadas nas residências das famílias da comunidade, com a presença dos cônjuges ou de pelo menos um deles. A grande maioria das entrevistas foi gravada, havendo somente uma ocasião na qual obtive resposta negativa em relação à

¹ Ao longo desta monografia usarei o termo “corí(s)” para me referir aos membros da comunidade.

gravação. Neste caso, anotei em meu diário de campo as respostas. Para realizar as entrevistas, construí um roteiro e, à medida que questões novas foram aparecendo com o andar das conversas, acrescentei outras perguntas. Como o tema de pesquisa envolve uma situação de conflito, optei por substituir os nomes reais por nomes fictícios, a fim de preservar a identidade dos interlocutores.

No Capítulo 1, realizei uma breve discussão acerca da visão de “pobreza” e “miséria” atribuída à região do Vale do Jequitinhonha, buscando desconstruí-la. Discuti a implantação de projetos de desenvolvimento no Vale e analisei o processo de licenciamento da UHE Irapé, pontuando principalmente a flexibilização da legislação ambiental por parte do Estado.

No Capítulo 2, realizei uma breve caracterização de Porto Corís, revelando um pouco da origem da comunidade, descrevendo as formas de uso e ocupação tradicionais do território e as relações de reciprocidade. Analisei como foi a vivência da comunidade do processo de licenciamento da UHE Irapé. Por fim, na última parte desse capítulo, discuti os efeitos gerados em Porto Corís pelo deslocamento compulsório.

CAPÍTULO 1

1.0 – IMAGENS CONSTRUÍDAS DO VALE DO JEQUITINHONHA

Localizada no nordeste de Minas Gerais, a região do Vale do Jequitinhonha é atualmente conhecida como uma das mais pobres do Brasil. Apresentando uma visão crítica sobre essa ideia, Zucarelli (2006) afirma que esse estigma é sempre revalidado pelo senso comum e gestores governamentais, que possuem uma imagem do lugar como “região problema”, onde clima e terra são desfavoráveis ao desenvolvimento econômico.

Tendo como referência o modelo hegemônico de desenvolvimento, o modo de produção capitalista, perpetua-se uma ideia negativa da região, chamada muitas vezes de “Vale da Miséria”² (ZUCARELLI, 2006).

De acordo com Zucarelli (2006, p. 17-18):

Na perspectiva desse paradigma economicista, o Vale do Jequitinhonha estaria em uma “fase inicial” de seu modelo linear, pois, configura-se como uma região de industrialização ainda incipiente, ausente de maquinários tecnológicos, de mercado consumidor dos produtos manufaturados e de “grandes” projetos que propiciem o “avanço da modernidade”. Seria, portanto, apenas um “insignificante” fornecedor de matéria-prima, limitado em relação aos nichos privilegiados de produção. Dessa maneira, estabelece-se o estigma de “atraso” regional do Vale do Jequitinhonha.

Ironicamente, até o início do século XIX, o Vale do Jequitinhonha foi visto como uma das áreas mais ricas do Brasil, devido à exploração das abundantes jazidas de ouro e diamantes existentes no lugar (MOURA, 1988). A região era de tão grande importância que a Coroa Portuguesa a submeteu a um estatuto jurídico próprio, vinculando-a diretamente à metrópole³. Segundo Moura (1988), é costume fazer uma completa dissociação entre o atual Vale e o antigo Distrito Diamantino, o que também leva a ocultar outros fatos importantes ali ocorridos no século XIX, como a edição do segundo jornal do Brasil, no município do Serro, o nascimento da praça comercial de Araçuaí e o cultivo do algodão em Minas Novas, sendo

² Redações e reportagens da mídia hegemônica frequentemente contribuem para a reprodução de tal estigma. Em reportagem do jornal Folha de São Paulo, por exemplo, o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas são retratados como o lado mineiro da “estagnação econômica” e da “grande desigualdade social”. Enquanto regiões, como o triângulo, centro e sul, são os lados que apresentam “potencialidades evidentes” (PEIXOTO, 1996).

³ Trata-se do Regimento Diamantino. Para obter mais detalhes, conferir Moura (1988, p. 2).

que o último fora comercializado em várias partes do país, como relatado pelo naturalista francês Saint-Hilaire (*apud* MOURA, 1988).

Tal dissociação pode ser explicada, pelo menos em parte, devido à existência de um vazio historiográfico sobre o Vale do Jequitinhonha, compreendendo o período de 1830 até os anos 1970, como aponta Ribeiro (1993). Segundo o autor, trabalhos acadêmicos e diagnósticos de órgãos públicos reproduzem a tese de que a partir do declínio da mineração e da exportação de algodão, fatos ocorridos no início do século XIX, a região ficou estagnada e isolada e esta situação começaria a se reverter somente na segunda metade do século XX, quando houve uma expansão da pecuária, implantação da monocultura de eucalipto e cafeicultura. Na concepção dos estudos acadêmicos e oficiais, devido à situação de isolamento regional, o campesinato do Vale do Jequitinhonha destinaria a sua produção para a automanutenção, ficando à margem do mercado (RIBEIRO, 1993).

Ribeiro (1993) contesta e relativiza essa visão constituída sobre a região, mostrando que “o Vale não permanece isolado ou estagnado [...], mas desenvolve um conjunto de relações mercantis com regiões vizinhas, que polarizam áreas próximas do Vale.” (p. 67).

No início do século XIX, cessa a exportação de algodão para os grandes centros econômicos do Brasil e do exterior, mas na segunda metade deste século, a produção algodoeira continuou a ser enviada, em parte, para mercados vizinhos, servindo de matéria-prima para as indústrias têxteis instaladas em Biribiri (Diamantina), São Roberto (Gouveia), Santa Bárbara (Augusto de Lima) e para a Fábrica de Cachoeira (Curvelo). Por meio de uma indústria doméstica, a outra parte do algodão produzido era transformada em tecidos e cobertas, consumidos na própria região ou enviados majoritariamente para a Bahia (RIBEIRO, 1993).

Em 1804, Dom João VI ordenou a abertura da navegação no rio Jequitinhonha e este se firmou ao longo do século XIX como rota comercial, ligando o Vale do Jequitinhonha e o norte de Minas ao sul da Bahia (SOUZA, 2010). A própria cidade de Araçuaí, que se tornou o principal entreposto comercial desta rota, surgiu por volta de 1830 e cresceu rapidamente. Em 1857, tornou-se vila e não muito tempo depois, em 1871, se desmembrou do Termo de Minas Novas como cidade (SOUZA, 2010). Os antigos postos militares instalados no rio Jequitinhonha no início do século XIX, como São Miguel (Jequitinhonha), Vigia (Almenara), Água Branca (Joaíma), Salto Grande (Salto da Divisa), e outras localidades da região também

cresceram como entrepostos comerciais e povoados (RIBEIRO, 1993). Segundo Souza (2010, p. 47-48),

O Jequitinhonha, desde o começo do século XIX, tornou-se importante via de escoamento de produtos entre o norte de Minas e a cidade de Belmonte, no litoral baiano. Ao longo do rio, nasceram e se formaram várias cidades, como Itinga, Itaobim, Jequitinhonha, Almenara, Jacinto e Salto da Divisa. Por um longo período, Araçuaí foi um entreposto comercial que centralizou a distribuição de produtos em toda a região, exportando produtos agrícolas rumo ao litoral, principalmente o algodão, o toucinho, a carne e a rapadura e importando principalmente o sal, a querosene e os tecidos finos que viriam competir com a tecelagem local.

Ribeiro (1993, p. 43) também mostra que a implantação do cacau no sul da Bahia ajudou a fomentar as relações comerciais entre as regiões.

No final do século XIX, grande parte deste fluxo também destinava a abastecer de víveres o Sul da Bahia, que naquela época vivia o período de implantação da lavoura cacaeira. Para Ilhéus, principal centro da região do cacau, foram conduzidas boiadas do Jequitinhonha, bem como partiram muitos mineiros do Vale [...]. Em sentido contrário, subindo o rio, as canoas partiam dos portos de Canavieiras e Belmonte, também cidades cacaeiras da Bahia, trazendo principalmente o sal, mas também mercadorias estrangeiras para toda a região do Jequitinhonha

Também não se pode deixar de falar do aumento populacional e do surgimento de povoações que ocorreram na região de Rio Pardo ao longo do século XIX. Tal fenômeno foi motivado principalmente por grandes secas ocorridas em 1809, 1860, 1890 e 1899, gerando a migração de levas de baianos e de pessoas que viviam em localidades do Termo de Minas Novas (RIBEIRO, 1993). Segundo o autor, o comércio desta região “(...) se dirigia mais para a Bahia, especialmente para os municípios de Condeúba e Conquista e os povoados e cidades desenvolvem-se como entrepostos das rotas comerciais entre as duas províncias” (p. 45).

Ribeiro (1993) propõe que durante o período de 1830 a 1970, a produção camponesa do Vale do Jequitinhonha não esteve voltada apenas para o automanutenção, como sugerem os estudos acadêmicos e diagnósticos oficiais, mas em se tratando de fazendeiros e seus agregados,

[...] as áreas de lavoura que cultivavam, visavam não só garantir o abastecimento da família do seu proprietário e dos trabalhadores que deles dependiam, mas também se dirigiam à comercialização, havendo

inclusive culturas cuja produção estava sobretudo destinada ao mercado (RIBEIRO, 1993, p. 50).

A rota comercial do rio Jequitinhonha viveu seu apogeu na década de 80 do século XIX. A partir de então, devido o surgimento de novas vias de tráfego e de novas rotas e centros comerciais, Araçuaí perde a primazia de principal entreposto comercial da região (SOUZA, 2010). Em 1881 iniciou-se a construção da Estrada de Ferro Bahia-Minas. A chegada desta a Teófilo Otoni já em 1898 e tardiamente a Araçuaí, em 1942, provocou o deslocamento do eixo econômico da região para o Baixo Jequitinhonha e o Vale do Mucuri. Assim, a cidade de Araçuaí é substituída por Teófilo Otoni como principal entreposto comercial regional (RIBEIRO, 1993; SOUZA, 2010).

A partir da segunda metade do século XX, a economia do Vale do Jequitinhonha e das regiões vizinhas irá se integrar a um mercado de dimensões cada vez mais amplas. Com a melhoria das condições de transporte e das estradas, como a pavimentação da Rodovia Rio-Bahia, mercadorias de outras regiões puderam penetrar nos centros para os quais o Vale exportava os seus produtos e também começaram a chegar aos mercados da própria região. Os produtos oriundos do Vale, principalmente os da pequena produção camponesa, passaram a perder espaço para as mercadorias vindas de outros lugares, que eram mais competitivas (RIBEIRO, 1993). Apesar disso, como aponta Ribeiro (1993, p. 68-69; grifo nosso),

[...] se devido à sua distância dos grandes centros urbanos, à deficiência da sua rede de transportes e principalmente, à concorrência de outras regiões, o Vale não se situava numa posição mais dinâmica em termos de desenvolvimento econômico, assumida em parte, por áreas próximas, como a região cacauzeira do Sul da Bahia, Montes Claros, Diamantina e Teófilo Otoni, por outro lado, também não se pode negar o seu papel de produtor de alimentos e de matérias primas para o abastecimento sobretudo daquelas regiões limítrofes. Este papel foi cada vez mais sendo relegado a uma posição secundária por aqueles que falavam a partir dos centros de poder, **com uma ótica modernizante**, que cresce no Brasil sobretudo a partir dos anos 1950.

É justamente neste contexto e tendo como base essa ótica modernizante que emergiu a imagem de pobreza e estagnação do Vale do Jequitinhonha na segunda metade do século XX. É neste contexto também que se forjou uma nova identidade regional, construída a partir de fora e que substituiria as formas muito mais fluidas pelas quais a região era conhecida: o nordeste e o norte de Minas (RIBEIRO, 1993).

O estigma do “Vale da Miséria” se tornou justificativa para a implantação de projetos de desenvolvimento que “prometem” resolver o “problema” do “atraso econômico” regional. Entretanto, esses projetos são pensados e executados, normalmente, sem a participação da população local e desconsideram os seus modos de vida próprios e as formas específicas com que se relacionam com o ambiente.

Em 1964 foi criada, como uma autarquia do Estado de Minas Gerais, a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), tendo como modelo as agências americanas de desenvolvimento regional. Fazendo uso de incentivos fiscais e crédito a juros baixos, a CODEVALE agiu a partir de três frentes de modernização do capital no Vale: a expansão da pecuária e a implantação da cafeicultura e do “reflorestamento” (RIBEIRO, 1993).

Apesar do projeto também ter buscado a “modernização” da pequena produção, os camponeses, em geral, pouco foram beneficiados e assistidos, sendo que os produtores “independentes”⁴ foram os que mais lograram. Na verdade, as três frentes de modernização provocaram um aumento da concentração fundiária na região e um maior número de conflitos relacionados à terra (RIBEIRO, 1993). A expansão da pecuária demandou um maior espaço para as áreas de pastagens e, para realizarem isso, os fazendeiros romperam as antigas relações de agregação e parceria. Segundo Moura (1988, p. 3),

O Vale do Jequitinhonha, há duas décadas [desde a década de 60], vivencia a expulsão do agregado do interior da fazenda, a compressão e supressão das permissões para plantar na fazenda, dada aos pequenos sitiantes, e a invasão da posse camponesa por falsos fazendeiros. As fazendas, que antes eram estabelecimentos agropastoris, agora tendem ao pastoreio extensivo puro e simples. Por essa atividade ser mais lucrativa, todo o solo é revertido ao plantio do capim, retendo-se apenas um ou dois vaqueiros para os cuidados da criação.

O “reflorestamento” com eucalipto foi implantado principalmente nas áreas planas e altas, conhecidas como chapadas. Apesar de não ter atingido diretamente as grotas, locais onde normalmente estão as pequenas propriedades, o corte da vegetação e a supressão do

⁴ Ribeiro (1993) classifica o campesinato do Vale do Jequitinhonha em três tipos: agregados, parceiros e produtores “independentes”. Em se tratando do primeiro, por residir na fazenda é o que possui menos autonomia e se constitui como a sua principal mão-de-obra. É obrigado a dividir a sua produção agrícola repetidamente com o fazendeiro na “meia” ou na “terça”. O segundo tipo se distingue do primeiro por possuir residência em terra própria, tendo por isso um pouco mais de autonomia. Neste tipo, devido a terra não ser suficiente para garantir o sustento, costuma-se se assalariar como “camarada” na fazenda. Finalmente, o terceiro tipo, por ter uma quantidade de terra suficiente para garantir o sustento da família, possui grande autonomia em relação à fazenda, utilizando basicamente mão-de-obra familiar.

acesso às chapadas comprometeram a reprodução econômica e social do campesinato da região, pois é neste lugar que tradicionalmente se cria o gado na larga e extrai lenha e outros produtos do cerrado⁵ (RIBEIRO, 1993; MOURA, 1988). Inicialmente, o plantio do eucalipto demandou uma grande quantidade de mão-de-obra e muitos camponeses da região, visando a obtenção de renda monetária, se proletarizaram completamente ou parcialmente, sendo que neste último caso conciliou-se o trabalho no “reflorestamento” com o feito em sua unidade de produção. Entretanto, posteriormente, com a diminuição do ritmo de ampliação das áreas de plantio do eucalipto, a necessidade de mão-de-obra se reduziu drasticamente. Sendo assim, muitos trabalhadores encontraram na migração, a fim trabalhar no corte de cana no estado de São Paulo, uma alternativa para obterem sustento (RIBEIRO, 1993).

Segundo Ribeiro (1993, p. 93-94),

Sem recursos, sem possuir sequer um escritório instalado na região até o início dos anos 1980, entregue à sua manipulação por políticos locais com vistas a sua promoção pessoal, a CODEVALE foi sendo esvaziada como agência de desenvolvimento regional [...].

O insucesso da CODEVALE motivou, na década de 80 e durante o governo de Newton Cardoso, a criação do projeto Novo Jequitinhonha. Seguindo a mesma lógica modernizante daquele, este tinha como foco principal a construção de barragens, a fim de perenizar rios e promover a irrigação, e a produção de energia (RIBEIRO, 1993). Uma das obras planejadas e executadas foi a Usina Hidrelétrica de Irapé⁶. Tal empreendimento é mais um exemplo de obra que visa promover o “desenvolvimento econômico” da região.

A UHE Irapé foi construída no Rio Jequitinhonha e provocou o deslocamento compulsório de cerca de 5000 pessoas, que viviam em 51 localidades rurais às margens do rio e de seus afluentes (ZUCARELLI, 2006). Foi construída entre os anos 2002 e 2006, atingiu os municípios de Berilo, Botumirim, Cristália, Grão Mogol, José Gonçalves de Minas, Leme do Prado e Turmalina, inundando uma área com aproximadamente 137 km². Constitui a hidrelétrica mais elevada do Brasil, com 208 metros de altura, e possui uma potência instalada máxima de 360 MW (SANTOS 2011; ZUCARELLI, 2006). Dentre as comunidades

⁵ Outro efeito que pode ser atribuído ao desmatamento das chapadas para a implantação do eucalipto é o secamento e/ou diminuição do volume das águas de córregos e ribeirões, prejudicando o abastecimento e a prática agrícola das famílias que vivem nas grotas. Também, há relatos de que, no Alto Jequitinhonha, empresas “reflorestadoras” estão represando córregos para a irrigação de plantações de eucalipto (GESTA, 2010).

⁶ Em 2002, a obra foi rebatizada para Usina Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

ribeirinhas deslocadas, existe a comunidade quilombola Porto Corís, que foi pesquisada nesta monografia.

Mapa 1 – Localização do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais, suas sub-regiões e microrregiões.



Fonte: Polo Jequitinhonha – UFMG, 2019. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/polojequitinhonha/>>. Acesso em: junho de 2019.

Mapa 2 – Localização da UHE Irapé no rio Jequitinhonha.



Fonte: Aline Bracks Ferreira, 2003. Disponível em: <<http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/publicacoes/aline2003.pdf>> Acesso em: junho de 2019.

1.1 – Processo de licenciamento da UHE Irapé

A origem da UHE Irapé remonta à realização dos estudos de aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Jequitinhonha, na década de 60, através do consórcio firmado entre a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e a empresa norte-americana Canambra Engineering Consultants Limited. Somente na década de 80 tal estudo foi aprofundado, resultando, em 1987, nos “Estudos de Inventário da Bacia do Jequitinhonha”. Previu-se a realização de 16 projetos hidrelétricos, sendo 11 no Rio Jequitinhonha e 5 no Rio Araçuaí (RIBEIRO, 1993). A UHE Irapé se trata de uma dessas usinas.

O licenciamento da UHE Irapé foi bastante longo, arrastando-se por vários anos (PEREIRA, 2013). Entre 1991 e 1992, a empresa de consultoria Enerconsult Engenharia Ltda, contratada pela CEMIG, realizou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) a fim de apresentá-los à Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) e, assim, proceder com o pedido de concessão da Licença Prévia (LP) no Conselho de Política Ambiental (COPAM)⁷. Como a CEMIG não cumpriu com o prazo estipulado pelo Departamento Nacional de Energia Elétrica (DENAEE)⁸ para efetuar os estudos de viabilidade, entre 1993 e 1995 o licenciamento ficou paralisado. Tal prazo foi prorrogado e, em 1996, a CEMIG retornou com o processo (LEMOS, 1999).

Apesar da propagandeada promessa de ser uma obra “redentora” e que traria “desenvolvimento” regional, Zucarelli (2006) aponta que o próprio EIA/RIMA da UHE Irapé evidencia que a energia elétrica gerada não seria destinada ao Vale do Jequitinhonha, pois

[...] a região carece de outros fatores atrativos para a instalação de indústrias, como por exemplo, estradas, mão-de-obra especializada etc. Através de uma análise dos estudos apresentados é possível perceber que o empreendimento da CEMIG visa atender à demanda do setor industrial, e não o abastecimento de um milhão de consumidores residenciais. Portanto, não se trata da geração de energia para um “serviço público”, tal como categoriza a ANEEL. A UHE Irapé está classificada por esta Agência como um “produtor independente de energia” (ZUCARELLI, 2006, p. 69).

⁷ Para obter maiores detalhes sobre os procedimentos normativos do licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas em Minas Gerais, vide Zucarelli (2006).

⁸ Atual Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Tendo como exemplo as experiências vividas pelas comunidades da região atingidas por barragens de perenização e a ameaça do deslocamento compulsório, em 1988 trabalhadores e sindicalistas rurais, assessorados pela Campo Vale⁹, criaram a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé (LEMOS, 1999; ZUCARELLI, 2006).

A pedido da Comissão de Atingidos e de várias outras organizações, em junho de 1997 ocorreu uma Audiência Pública em Acauã, distrito de Leme do Prado, para discutirem o EIA/RIMA da UHE Irapé. Nesta ocasião, pela primeira vez a Comissão de Atingidos levantou em público a possibilidade da comunidade Porto Corís, localizada no município de Leme do Prado, se tratar de uma comunidade quilombola. Tal revelação causou surpresa aos presentes na Audiência, pois este fato não foi mencionado no EIA/RIMA (LEMOS, 1999).

A existência de uma comunidade quilombola numa área necessária à instalação do empreendimento ameaçou a sua realização, devido ao *status* jurídico especial do grupo definido pela Constituição Federal, que assegura às comunidades quilombolas a titulação da terra e sua inalienabilidade¹⁰ (SANTOS, 2011). Segundo Zucarelli (2006, p.77), o DNAEE chegou “[...] a suspender o processo licitatório para a concessão do aproveitamento hidrelétrico de Irapé (outubro/1997) até que se ‘resolvesse’ a questão desta comunidade diretamente atingida”.

Ainda durante a Audiência, os resultados do EIA/RIMA da UHE Irapé foram bastante criticados pela Comissão de Atingidos por terem construído uma visão homogênea das comunidades e caracterizá-las em geral pela carência, devido à adoção de uma metodologia de pesquisa quantitativa, invisibilizando as suas especificidades socioculturais (ZUCARELLI, 2006; SANTOS, RIBEIRO, GALIZONI, 2002).

Segundo Santos, Ribeiro e Galizoni (2002, n. p.),

As características sócio-culturais (*sic*) da população da região do Alto Rio Jequitinhonha, embora absolutamente específicas em relação às demais populações rurais daquela e de outras regiões de Minas Gerais,

⁹ O Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo Vale) foi uma Organização Não Governamental nascida em 1988 e que se extinguiu em 2012 (PEREIRA, 2012). Segundo a autora (2012, p. 14), o objetivo da Campo Vale “[...] era assessorar e apoiar as organizações e movimentos populares da região, especialmente posseiros na luta pela terra, atingidos por barragens e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Atuou na defesa dos direitos coletivos e difusos, bem como na articulação de entidades regionais para implementar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.”

¹⁰ Na Constituição Federal de 1988, artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), assegura: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”

não foram levadas em consideração no estudo de viabilidade da construção da UHE de Irapé. Aspectos culturais, históricos, simbólicos, fundamentais na organização da vida daquela população não foram analisados, de forma que o estudo da CEMIG apresenta um genérico cenário das dimensões quantitativas associadas à população, sem perceber as relações maiores que a uma àquele determinado meio.

Com uma metodologia essencialmente quantitativa, o EIA/RIMA não demonstrou a diversidade sociocultural das comunidades e as relações específicas que elas possuem com o ambiente (LEMOS, 1999), de modo que a existência de Porto Corís como uma comunidade quilombola não foi sequer levantada.

Logo após ter surgido a reivindicação de Porto Corís constituir uma comunidade quilombola, a FEAM determinou que a CEMIG contratasse uma equipe para fornecer um parecer técnico atestando isso. Entretanto, apenas a Fundação Cultural Palmares (FCP) possui tal prerrogativa e fez uso dela solicitando um relatório de identificação, concluído em janeiro de 1998, que confirmou a condição quilombola da comunidade. Ainda assim, ignorando a competência do órgão público, em dezembro de 1997, o COPAM concedeu a Licença Prévia (LP) da UHE Irapé, tendo como referência o parecer terceirizado contratado pela CEMIG, que não reconheceu a condição quilombola de Porto Corís (SANTOS, 2011; ZUCARELLI, 2006; GUIMARÃES, LOPES DE PAULA, MATOS, 1997).

Anteriormente à concessão da LP, a FEAM emitiu um parecer técnico no qual estabeleceu que “[...] a viabilidade do reassentamento constitui fator de viabilidade ambiental do empreendimento” (FEAM *apud* ZUCARELLI, 2006, p.78). Todavia, a CEMIG não apresentou nenhuma proposta de reassentamento das comunidades atingidas, argumentando que isso poderia provocar um aquecimento do mercado fundiário da região, dificultando a aquisição de terras posteriormente. Contrariando o seu próprio parecer emitido, a FEAM acabou concordando com o argumento e esta questão foi postergada para a próxima fase do licenciamento, tendo sido transformada numa condicionante para a concessão da Licença de Instalação (LI) (ZUCARELLI, 2006; LEMOS, 1999).

Ainda assim, até a data da votação da concessão da LI a CEMIG não havia adquirido todas as terras a serem destinadas às comunidades atingidas. Também, não houve a participação delas na construção do Plano de Controle Ambiental (PCA), sendo que isso foi recomendado no parecer técnico da FEAM emitido em 1997. Durante a elaboração do PCA, as famílias foram obrigadas a responder os questionários sob pressão. Receberam ameaças dos

funcionários da empresa de consultoria contratada pela CEMIG de que perderiam terra, aposentadoria e Bolsa Escola caso não respondessem os questionários (ZUCARELLI, 2006).

Diante do desrespeito dos direitos das comunidades atingidas, a Comissão de Atingidos e a Campo Vale buscaram estratégias para o cumprimento deles. Uma das estratégias tomadas foi acessar o Ministério Público Estadual. Contudo, neste caso não houve repercussão expressiva. Uma outra ação foi entrar com uma representação no Ministério Público Federal (MPF) (ZUCARELLI, 2006). Isso repercutiu com a proposição de uma Ação Civil Pública (ACP) pelo MPF

[...] com pedido de liminar contra o estado de Minas Gerais, a FEAM e a CEMIG, como medida cautelar destinada a suspender o processo de licenciamento ambiental da UHE Irapé. O objetivo desta *ação* era garantir, principalmente, os direitos reivindicados pela comunidade Porto Corís e o cumprimento dos reassentamentos das famílias atingidas (ZUCARELLI, 2006, p. 81).

O juiz de plantão da 21ª Vara Federal de Belo Horizonte - MG não aceitou o pedido de liminar e o mesmo ocorreu com o pedido de reconsideração feito pelo MPF no Superior Tribunal de Justiça em Brasília (ZUCARELLI, 2006).

Posteriormente, em 2002, o MPF entrou com outra Ação Civil Pública (ACP), sendo que desta vez incluiu a ANEEL. No entanto, novamente a ACP não foi acatada pelo juiz da 21ª Vara Federal em Belo Horizonte (ZUCARELLI, 2006).

Como foi dito anteriormente, até a data da votação da concessão da LI, a CEMIG não havia adquirido todas as terras em que seriam reassentadas as comunidades atingidas e houve o caso da não participação das comunidades na elaboração do PCA. Tendo por base o não cumprimento dessas e outras condicionantes e a pressão feita pelos atingidos e seus colaboradores, a FEAM emitiu, em 2002, um parecer técnico afirmando a inviabilidade ambiental do empreendimento (ZUCARELLI, 2006), como é evidenciado no trecho a seguir:

O resultado dos estudos apresentados no PCA, portanto, não demonstram a existência de áreas aptas na região para o reassentamento, pelo contrário, permitem supor a sua escassez. Assim, conclui-se que a questão central da viabilidade da implantação da UHE Irapé – a viabilidade do reassentamento – não foi até agora demonstrada, nem durante o processo de LP e, muito menos, durante o processo de LI (FEAM *apud* ZUCARELLI, 2006).

Apesar de não ter cumprido com todas as condicionantes e a FEAM ter emitido um parecer técnico não favorável à concessão da LI, a CEMIG orquestrou nos bastidores uma tentativa de obter a licença. A estratégia adotada foi pressionar o MPF para promover uma mediação entre a CEMIG e os atingidos, buscando a elaboração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Como seria demasiadamente contraditório o COPAM aprovar a licença sem que a CEMIG tivesse cumprido com a legislação ambiental, ficou acertado que o órgão concederia a LI à estatal desde que o MPF realizasse a mediação a fim de construir o TAC (ZUCARELLI, 2006).

Com base em todas essas articulações ocorridas nos bastidores, pode-se notar como decisões que, teoricamente, deveriam ser técnicas acabam sendo tomadas com base em interesses políticos e econômicos. Como aponta Zucarelli (2006),

As articulações, fundamentadas exclusivamente em critérios políticos e econômicos, não correspondem ao papel do sistema ambiental, que seria o de formular normas técnicas e de estabelecer padrões de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente (SEMAD *apud* ZUCARELLI, 2006, p. 90).

Mesmo não tendo cumprido as determinações legais exigidas no processo de licenciamento ambiental, a empresa e o governo do estado de Minas Gerais buscavam, através da persuasão política, a concessão da Licença de Instalação e a respectiva postergação das condicionantes (ZUCARELLI, 2006, p. 90)

Ainda que a FEAM tenha emitido um parecer afirmando a inviabilidade ambiental do empreendimento, o COPAM concedeu a LI da UHE Irapé sob a condição da realização de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a mediação do MPF (ZUCARELLI, 2006). Novamente, a CEMIG, através de uma série de manobras e estratégias, conseguiu a postergação de condicionantes que deveriam ter sido cumpridas ainda na fase da LP. Com este exemplo, nota-se que a legislação ambiental é constantemente flexibilizada, postergando-se para outras fases do licenciamento deveres que deveriam ter sido cumpridos anteriormente.

A elaboração do TAC, que no fim se tornou um Termo de Acordo (TA), se iniciou em maio de 2002. Por um lado, a realização deste TA pode ser considerada uma conquista para as comunidades atingidas, pois a CEMIG admitiu a atitude transgressora sobre os seus direitos e a vontade de corrigir isso. Também, representa o reconhecimento das comunidades atingidas como sujeitos do processo. Se anteriormente o destaque era a construção da barragem, a partir do TA, a tônica recaiu sobre os atingidos e eles se tornaram verdadeiros agentes. Entretanto,

por outro lado, pode-se admitir que também houve perdas. Ao ter aceito realizar a mediação entre as comunidades atingidas e a CEMIG, o MPF, em alguma medida, permitiu a negociação de direitos, que em tese, deveriam ser cumpridos na integralidade (ZUCARELLI, 2006).

Dentre os itens abordados no acordo, destaca-se: o comprometimento da CEMIG em desistir da Ação Ordinária nº 2000.38.00.019793-0, movida contra a União Federal e a Fundação Cultural Palmares, em que contestou o reconhecimento quilombola de Porto Corís; a conquista pelos atingidos do recebimento de 40 hectares (valor mínimo do módulo fiscal da região) de terras para cada família (proprietários, posseiros, parceiros e agregados) e de 10 hectares para os filhos maiores de dezoito anos, além da garantia de terras em cada reassentamento para os herdeiros ausentes; a realização de um programa específico para a realocação de Porto Corís; e a fixação de prazos para o cumprimento de todas as condicionantes impostas à CEMIG (MINAS GERAIS, 2002).

Mesmo tendo celebrado o Termo de Acordo entre a CEMIG e as comunidades atingidas, com a interveniência do Ministério Público Federal, a empreendedora não cumpriu com inúmeros prazos. Dentre eles, destaca-se o prazo para a aquisição de todas as terras necessárias à realização dos reassentamentos. Pelo que consta no TA (MINAS GERAIS, 2002), até 20 de outubro de 2003 deveriam ter sido adquiridas todas as terras, mas, como revela Zucarelli (2006), até 20/05/2005, um ano e setes meses após o prazo, a CEMIG anunciou que restavam ainda 6.000 hectares para serem adquiridos. De acordo com um relato obtido no trabalho de campo realizado para esta monografia, após a assinatura do Termo de Acordo, a CEMIG deu amplo seguimento às obras da barragem, mas a aquisição das terras dos reassentamentos não ocorreu no mesmo ritmo.

Regina: [...] Sentamos, negociamos e elaborou o Termo de Acordo. Aí a CEMIG foi trabalhar na barragem, mais seguindo o Termo de Acordo e, mesmo assim, ela tentou atropelar, porque quando ela conseguiu que ela poderia começar a construir, ela partiu pra construir. Só via máquina descendo, máquina trabalhando e o povo quieto. Cê não via casa, cê não via nada. Não apareceu ninguém pra falar assim: “Cês vão em tal lugar. Cês vão morar em tal lugar. Vou comprar terra tal pro cês.” Não, não tinha isso.

Isaías: A usina foi sendo construída rápido, mais...

Regina: Mais o povo...

Isaías: ... o reassentamento...

Regina: Nada.

Isaías: ... não foi no mesmo ritmo não.

Regina: Não e nem ni ritmo nenhum. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Diante de tal situação, as comunidades atingidas se viram obrigadas a ocuparem a sede da CEMIG (Belo Horizonte), em 04 de fevereiro de 2004, como forma de pressionar a empreendedora e garantir o respeito dos seus direitos (ZUCARELLI, 2006). A Comissão de Atingidos organizou cinco ônibus e transportou à capital representantes de todas as comunidades atingidas. Ainda assim, mesmo estando em dívida com elas, o presidente da CEMIG daquela época, Djalma Bastos de Moraes, não quis recebê-las inicialmente. Apesar da manifestação ter sido pacífica e os atingidos estarem apenas reivindicando o cumprimento do Termo de Acordo, após ocuparem a sede chegaram dois micro-ônibus com policiais, causando grande indignação a todos.

Regina: [...] Aí menino, foi dois micro-ônibus de polícia que chegou de porrete mesmo. Aí, sentamos lá: “Aqui não tem bandido, né, aqui têm trabalhadores rurais que tá perdendo suas terras e a gente não sabe pra onde vai. Nós estamos aqui pra reivindicar os nossos direito. Aqui não tem bandido não. Nós não viemos roubar, nós não viemos quebrar, nós não viemos fazer nada disso. Viemos conversar.”. Aí tinha lá o homem, era o presidente da CEMIG, o Djalma Bastos de Moraes e uma Mônica. O Djalma não desceu lá de cima não. Nós ficamos embaixo, né, esperando que ele descesse e ele não descia. O povo falava: “Enquanto ele não descer, a gente não vai conversar.”. Aí falava pra Mônica: “Enquanto cês não mandar aqueles dois ônibus de polícia que tá ali embora, também, nós não vamos conversar. Nós não viemos aqui roubar, não.”. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Após a saída da polícia do local e da descida do presidente da CEMIG, iniciaram-se as negociações com os atingidos, que permaneceram no local do dia 04 para o dia 05. Contudo, somente numa reunião realizada no MPF, neste último dia, que chegaram a um acordo. Ficou decidido um novo protelamento (30/03/2004) do prazo para a empreendedora adquirir a totalidade das terras (ZUCARELLI, 2006).

Mesmo com a CEMIG não tendo cumprido com todas as obrigações relacionadas ao reassentamento das comunidades atingidas, em 02 de dezembro de 2005, em uma reunião extraordinária, o COPAM concedeu a Licença de Operação (LO) da UHE Irapé. Esta reunião foi precedida por outra, realizada nos bastidores e sem a presença dos atingidos, que aguardavam a realização da reunião “oficial”. Desta vez, o mecanismo de flexibilização

utilizado foi o condicionamento da concessão da LO à realização de uma caução fiduciária pela CEMIG (ZUCARELLI, 2006). Contudo, devido a uma nova postergação dos prazos do TA e o risco corrido por comunidades ainda não devidamente reassentadas, a Procuradora da República resolveu executar judicialmente o Termo de Acordo. Segundo Zucarelli (2006, p. 174), o juiz da 21ª Vara Federal

[...] deferiu a liminar pleiteada, através de uma tutela inibitória, determinando que a CEMIG não procedesse ao fechamento do túnel de desvio do curso d'água/comporta enquanto não estivessem finalizadas todas as pendências relativas às cláusulas do Termo de Acordo, sob pena de multa diária de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por eventual descumprimento. O referido juiz determinou, ainda, a citação da CEMIG para o cumprimento de todas as condicionantes do Termo num prazo máximo de 120 dias.

No entanto, antes de receber a intimação da decisão do juiz, o reservatório da barragem começou a ser formado. Como seria impossível reverter a sua formação, o juiz determinou que a CEMIG não iniciasse a operação comercial da usina até a FEAM emitir um parecer atestando o cumprimento de todas as obrigações assumidas no Termo de Acordo (ZUCARELLI, 2006).

CAPÍTULO 2

2.0 – PORTO CORÍS ANTERIORMENTE AO DESLOCAMENTO

A comunidade Porto Corís está localizada no município de Leme do Prado. Anteriormente ao deslocamento, o local ficava às margens do rio Jequitinhonha, distando em torno de 25 km da sede municipal (O'DWYER & OLIVEIRA, 1997), enquanto o reassentamento está a 6 km da cidade (PLANO..., 2004).

Segundo os corís, a comunidade se originou através de Germano Alves Coelho, filho de uma negra escravizada que havia fugido. No último mês que antecedeu a abolição da escravidão no Brasil, ele documentou as terras, que estão hoje em sua maioria submersas pelo lago da barragem de Irapé, onde seus descendentes constituíram a comunidade (O'DWYER & OLIVEIRA, 1997). Antigamente, o local era conhecido por “Rancho dos Porcos”, porque o antigo dono possuía na terra uma criação de porcos.

Manuela: Antes, na época do avô de Dona Geralda [Germano][...], lá era... chamava lá de Rancho dos Porcos, porque lá era... um crime que tinha lá. Não tinha gente morando não. (Manuela, Comunidade Porto Corís, 29/07/2017.)

De acordo com O'Dwyer & Oliveira (1997, p. 2-3; grifo dos autores), “[...] o local recebeu de alguns vizinhos a alcunha pejorativa e carregada de estigmas denominada *chiqueiro dos porcos* [...]”, sendo que até o período anterior ao deslocamento e ainda hoje a comunidade é discriminada com o uso de tal expressão.

Marina: Às vezes, quando o pessoal... que o pessoal andava junto, todo mundo junto, aí eles falava assim: “Êh diá, o chiqueiro hoje abriu as portas.”. (Marina, Comunidade Porto Corís, 31/07/2017.)

Clara: Ah, moço, sempre têm essas coisas, sabe? Sempre têm os comentário das pessoa. Aquele assim, preconceito pelo nome, sabe, do lugar, principalmente, do nome do lugar da gente. Assim, tem gente que pergunta por curiosidade, têm outros que pergunta pra zombar, entendeu? (Clara, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

Para os membros da comunidade, a denominação Porto Corís é mais significativa, pois no antigo local havia várias canoas utilizadas na travessia do rio Jequitinhonha, constituindo

um porto. O termo “Corís” tem origem na alcunha “corí”, forma pela qual os filhos de Germano se referiam uns aos outros. “Porto dos Corís” passou a designar a área da comunidade, que decaiu para Porto Corís (O’DWYER & OLIVEIRA, 1997).

Isaías: Ah, é! Cês tinham como se fosse um porto, né?

Fernando: Era porto lá, né?

Isaías: Por isso que se chama Porto Corís, né?

Fernando: É. Porque o dono da... antigamente... antes, o dono do porto, lá, chamava Corí e como ele tinha uma canoa, aí ele gritava, né, “Dá o porto aí, Corí!”. Aí acabô ficando Porto dos Corís.

Isaías: Ah, entendi. Esse “Corí” é gente suas, da comunidade, né?

Fernando: É, da comunidade. Corí era do... eu não sei se era neto do Germano. Eu só sei que era bem chegado no Germano, já. Ou era filho ou era neto, era uma coisa assim. (Fernando, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Até o momento anterior ao deslocamento, a comunidade era constituída por 16 casas, onde moravam cerca de 19 famílias, totalizando aproximadamente 88 habitantes (PLANO..., 2004).

Atualmente, a grande maioria dos corís pertencem à igreja evangélica Congregação Cristã no Brasil. A religião foi introduzida na comunidade por Adão C. de Jesus, em torno de 1986. Aos poucos, as pessoas da comunidade foram se convertendo e em 1988 construíram um templo no local (O’DWYER & OLIVEIRA, 1997).

Segundo O’Dwyer & Oliveira (1997, p. 5),

Os membros da comunidade de Porto Corís compartilham o sentimento de ser e pertencer a este grupo e lugar específico pela descendência comum do ex-escravo Germano Alves Coelho e da sua referência presente que lhes confere as práticas cotidianas que desenvolveram, do ponto de vista deles, seus antepassados de resistência à escravidão, na manutenção de seu modo de vida característico e na consolidação de um território próprio, garantido pelos laços de parentesco.

Sendo assim, pertence à comunidade aquele(a) que possuir laços de parentesco, mostrando ser descendente de Germano, e também aquele(a) que se casar com alguém pertencente ao grupo e, de preferência, fixar residência na comunidade. De acordo com os autores, antes do deslocamento esses eram critérios centrais para acessar a terra e ter direito à herança. Era frequente a ocorrência de casamentos endogâmicos, o que limitava a incorporação de estranhos à comunidade e favorecia a posse comum da terra. O matrimônio ocorria

preferencialmente entre primos. Ainda, segundo O’Dwyer e Oliveira (1997, p. 6), “[...] os membros da comunidade Porto Corís fazem questão de guardar o nome de seus ascendentes por meio de construções genealógicas até Germano Alves Coelho [...]”.

De acordo com relato dos corís, Germano, sua mãe e seu irmão, após fugirem da fazenda do Gouveia, “[...] foram capturados e comprados por Antonio José Coelho, o Guatelo Coelho Velho ou Quartel Mestre” (O’DWYER & OLIVEIRA, 1997, p. 9). Germano adquiriu as terras em Leme do Prado, nas quais a comunidade vivia anteriormente à construção de Irapé, com dinheiro resultante da venda de ouro e diamante, que ele extraía no rio após o horário de serviço.

Fernando: [...] é igual um dia mesmo, eu estava comentando com os menino, que essa terra que nós têm, a época que o Germano comprô, como ele era um escravo, mais era assim daqueles mais adomado dentro da fazenda, do sinhô, ele conseguiu comprá um pedacinho de terra. E aí, depois do horário de serviço dele, ele ia pro rio, tirava ouro e diamante, até que ele conseguiu essa terra que nós tinha lá [...]. (Fernando, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Outra pessoa da comunidade, sendo a mais velha de todos, conta que não sabe de onde Germano e a mãe vieram, mas que chegaram na casa de Juca Barroso. Lá ele permaneceu como escravo e terminou de ser criado. Todo fim de semana Juca Barroso e sua esposa faziam um passeio. Na ausência dos seus senhores, Germano fazia colheres de pau para vender, pois possuía a intenção de comprar uma terra. Ele vendia as colheres por 200 réis e escondia o dinheiro numa cabaça, que pendurava no telhado para ninguém encontrar. Germano também fabricava gamelas de vários tamanhos, pois dava mais lucro. Todo o dinheiro obtido era escondido na cabaça e um dia, numa nova ausência dos seus senhores, Germano resolve contá-lo e compra uma terra. A terra em que a comunidade vivia não foi adquirida em uma vez somente, mas em três partes, totalizando 3 alqueires, sendo este o valor constante nas guias de imposto territorial que Germano pagava em Minas Novas. Ele se casou e “arranchou” os filhos todos nessa terra.

O que fica evidente em todas essas versões da história é a vontade de Germano em ter uma terra própria onde pudesse constituir a sua família e viver em liberdade.

Os corís contam que Germano casou três vezes e apresentam dificuldade em diferenciar os nomes das duas primeiras esposas, parecendo que a primeira foi Francisca da Costa Leite e a segunda, Francisca Rosa de Jesus. Ninguém apresenta dúvidas de que o

terceiro casamento foi com Joana Nunes da Silva (O'DWYER & OLIVEIRA, 1997). Segundo Ribeiro e Galizoni (199-, p. 5),

Ficaram no terreno apenas os filhos dos dois últimos casamentos, os filhos do primeiro casamento saíram jovens para a “Mata”, como era chamada a região de fronteira agrícola na época, atual Teófilo Otoni. Quase todos os moradores atuais de Porto Corís são descendentes de José de Germano (filho do segundo casamento) e Chiquinha (também do segundo casamento).

Podemos afirmar que, no antigo território, os corís viviam dentro do sistema grot/chapada, descrito por Galizoni (2000). Esta autora realizou pesquisa em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha, mostrando como estas se relacionam com o ambiente e o moldam. É nesta sub-região que Porto Corís está localizada. Neste sistema, as grotas correspondem aos vales e às meias encostas, localizando-se próximas às nascentes e cursos d'água. Já as chapadas “[...] são grandes extensões de terras planas e elevadas, naturalmente pouco férteis, com escassas fontes de água” (GALIZONI, 2000, p. 10). Grotas e chapadas se complementam e ambas possuem grande importância na reprodução das comunidades rurais dessa sub-região do Vale do Jequitinhonha. Segundo Galizoni (2000, p. 11), esse complexo chapada-grot “[...] é uma moldura onde se desenrola a trama das famílias lavradoras com a terra. É uma moldura interativa: ao mesmo tempo que delimita as ações das pessoas, é reelaborada pela ação humana”.

Nessa trama de relações entre ambiente e sociedade, as comunidades constituíram uma classificação de uso da terra. As grotas, por serem úmidas e frescas, eram os locais onde habitavam as famílias e se localizavam suas unidades de produção mais importantes: casas, quintais, roças e mangas (GALIZONI, 2000). As chapadas eram destinadas à extração vegetal e criação do gado na “larga” ou “solta” (OLIVEIRA, 2008). Segundo Galizoni (2000, p. 12),

As terras definidas como *culturas* são caracterizadas por terrenos frescos, úmidos e férteis, próximos a cursos d'água, e consideradas as melhores para cultivo das roças de mantimentos [...]; as terras de *culturas* aparecem tanto nas *grotas* quanto nas margens dos rios. As terras denominadas *catings* geralmente se localizam nas cabeceiras dos córregos, nas vertentes, e são utilizadas para cultivos de plantas rústicas como a mandioca, abacaxi e, às vezes, café [...]. Nas terras identificadas pelos lavradores, como *campo* ou *carrasco*, predominam capins nativos, arbustos e árvores como o muçambé, cagaita, monjolo e maria mulata; não são áreas propícias para lavouras, sendo utilizadas

somente para pastoreio e extração de madeira, lenha, frutas e plantas medicinais.

Em Porto Corís, as famílias habitavam justamente uma gruta, localizada em um vale entre montanhas e com o rio Jequitinhonha ao meio, sendo este o espaço no qual estavam as casas, quintais e roças. A prática agrícola se dava nas terras de “cultura”, localizadas todas na gruta e nas vertentes dos morros. Na parte mais alta e plana do território (chapada), onde estão as terras de “campo”, os corís extraíam lenha, plantas medicinais (quina, suma, jalapinha, alecrim, barbatimão, velame, manjol, imburana) e frutos do cerrado (pequi, mangaba, cajuzinho-do-mato, abacaxzinho-do-mato).

No antigo território, a comunidade vivia da prática agrícola de subsistência, extrativismo, pesca e garimpo de ouro e diamante no rio Jequitinhonha. Segundo os corís, “*plantava de tudo um pouco*”: feijão, arroz, milho, mandioca, amendoim, andu, cana-de-açúcar, café, abóbora, quiabo, hortaliças em geral, etc. Também possuíam várias árvores frutíferas, como mangueira, laranjeira, bananeira, abacateiro, limoeiro, mamoeiro, entre outras. Alguns produtos eram beneficiados, sendo que da mandioca faziam farinha e goma (polvilho) e da cana fabricavam rapadura e cachaça. Plantavam pinhão e o utilizavam para fabricar sabão. Do pinhão extraíam óleo que era utilizado como hidratante para cabelo e pele. Quando havia algum excedente, este era vendido para obterem produtos que não produziam. Era comum também a troca de mantimentos entre pessoas da própria comunidade.

Clara: Assim, quem plantava, a gente trocava, acabava trocando. Cê colheu feijão, cê vai lá, troca. “Ô, fulano, deu até bastante feijão, então, vamos trocar ni arroz?”, entendeu, era assim. (Clara, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

O rio Jequitinhonha também era um provedor de alimentos, pois dele os corís pescavam várias espécies de peixes, como roncador, cumatã, traíra, surubim, entre outras. É também no rio que praticavam o garimpo de ouro e diamante. As pessoas da comunidade não viviam exclusivamente dessa atividade. Era principalmente em momentos de precisão ou em situações que demandavam gastos maiores, como nascimento de filhos e casamento, que os corís recorriam ao garimpo no rio (O'DWYER & OLIVEIRA, 1997).

Isaiás: E tinha algum momento assim mais específico que cês faziam a garimpagem... assim, num momento de precisão... era esse tipo de coisa ou era sempre mesmo?

Fernando: Não, sempre garimpava, mais, sabe, sempre naquelas época que, às vezes, precisava ou que tinha alguém doente ou alguma coisa assim, aí as pessoa corria pro rio pra...

Isaías: Pro rio...

Fernando: É. (Fernando, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Anteriormente ao deslocamento, a forma de posse e uso da terra vigente em Porto Corís era a “terra no bolo”. Este regime de apropriação foi estudado no Alto Jequitinhonha por Galizoni (2000) e no Médio Jequitinhonha por Oliveira (2008). “Fundamentada especialmente pelo regime pró-indiviso, a terra no bolo permite a permanência de um conjunto de famílias nucleares co-herdeiras de uma mesma propriedade da qual não se faz a partilha geodésica” (OLIVEIRA, 2008, p. 95). A ausência de partilha formal da terra “[...] não quer dizer que são áreas em comum, são glebas familiares, que se compõem por formas variadas de uso, apropriações e domínios, privadas ou comunitárias” (GALIZONI, 2000, p. 34). Segundo a autora, é o trabalho que legitima a posse e domínio da terra por uma família. Desta forma, na antiga Porto Corís, cada família possuía uma gleba de terra onde trabalhava, que incluía a casa, quintal, vazante e roça. As terras de “campo” e os morros eram áreas de uso comum, pois ninguém as havia transformado pelo trabalho. A parte de cada um era devidamente respeitada por todos, não havendo cercas indicando os limites. De acordo com Oliveira (2008, p. 98), os limites entre cada parcela de terra são morais:

Em muitos casos não há demarcações visíveis, embora, a extensão do terreno de cada grupo doméstico seja relativamente conhecida e respeitada. Os limites são morais, definidos a partir dos chamados “direitos” cujas fronteiras têm reconhecimento compartilhado pelo grupo.

Segundo os relatos dos corís, apenas alguns marcos naturais, como um córrego que atravessava a comunidade, plantas ou tocos de pau, eram suficientes para estabelecer as extremas de cada gleba.

Francisco: As roça aqui era o seguinte, cada um tinha seu quintal ao redor, tipo assim, aqui o outro, aqui o outro. Só que aí, vamo supor, tinha essa... não falei com cê que tinha um corgo e umas corvoada assim, tipo aqui?

Isaías: Arrã.

Francisco: Agora, aqui tinha, vamo supor, daqui pra cá um plantava, daqui pra cá outro plantava, daqui pra cá outro plantava. E, todo o ano, cada um obedecia a sua... a extrema do outro. Ali, todo ano, aquele ia e batia palhada, que era as cana de milho que ficava, né, batia palhada,

queimava e plantava. Todo ano naquele lugar, sabe, respeitava, cada um respeitava.

Isaías: Então, não tinha conflito, né, de, de...

Francisco: Arrã, arrã. Ninguém chegava e entrava no terreno do outro não, só se ele falar assim, “Eu não vou plantar mais roça aqui, cê quer plantar...”, o outro ia e entrava. (Francisco, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

Fernando: Não, nós não tinha divisão não. Lá, assim, por exemplo, as pessoa mais véia tinha, tinha... era marcada por grota. Por exemplo, eu mexo dessa grota pra baixo e, depois, tinha uma outra grota lá, o meu vizinho mexia daquela outra grota pra lá e era sempre assim. Ou então, começava a roçar e marcava pelo toco... falava assim: “Desse toco pra cá é seu, pra cá é meu.”. Não tinha divisão nenhuma.

Isaías: Não tinha cerca clara assim...

Fernando: Não, não. Dentro da comunidade, não tinha não. Ou, então, eles plantava uma arrua de andu e falava assim: “Dessa arrua de andu pra cá é seu, pra cá é meu.”, sempre assim.

Isaías: Não tinha cerca, mais todo mundo sabia qual era... o que era seu?

Fernando: Todo mundo sabia e ninguém mexia no que era... por exemplo, **se eu fizesse um roçado aqui esse ano, mesmo se eu não plantasse ano que vem, mais ninguém mexia aqui, porque eu já tinha roçado a primeira vez, então, pras pessoa da comunidade, aquele pedaço ali era meu, que era eu que tava trabaindo ali.** (Fernando, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

A parte grifada da última fala expressa claramente a moral vigente na comunidade: é dono quem transforma a terra através do trabalho. Como mostra Galizoni (2000, p. 31),

A posse da terra é o resultado do processo de trabalho. E o que é considerado socialmente trabalho na calha alta do rio Jequitinhonha é o trabalho na lavoura. A lavoura e seu vestígio - a palhada - são a cristalização e representação de que o esforço físico humano moldou a natureza domesticando a paisagem.

Essa moral camponesa existente em Porto Corís foi também encontrada por Woortmann (1990, p. 28) em comunidades rurais de Sergipe:

Dono é também uma categoria moral entre os *sitiantes* de Sergipe, opondo-se à de *proprietário*. Enquanto esta última remete a uma ordem econômica, onde a terra é mercadoria, e a uma lógica jurídica coerente com tal ordem, a primeira remete a uma ordem moral, onde a terra é patrimônio e transmitida como tal, de geração a geração,

segundo padrões camponeses de herança que variam de lugar para lugar, mas sempre espelham essa ordem moral.

Em se tratando das formas de ajuda intragrupal, em Porto Corís era comum a realização de “troca de dias” e “mutirão”. Tais relações ocorrem quando o grupo doméstico não dispender de força suficiente para a realização de trabalhos, como o preparo da roça, por exemplo (OLIVEIRA, 2008).

A “troca de dias” consiste no fato de que um determinado grupo doméstico disponibiliza sua força de trabalho ou parte dela para outro a fim de viabilizar a conclusão do roçado. Em retribuição, o grupo que foi beneficiado deve fazer o mesmo quando requisitado. Em geral, a “troca de dias” é feita entre parentes e vizinhos mais próximos. Há, assim, uma espécie de cooperação recíproca para a realização das tarefas que demandam maior emprego da força de trabalho como o preparo do roçado e do pasto, a construção de cercas e outros. A prática ocorre através de um circuito não monetarizado pautado por uma moral de reciprocidade [...] (OLIVEIRA, 2008, p. 53).

A realização de “mutirão” ocorre de forma semelhante à “troca de dia”, mas envolve toda a comunidade. Todos os grupos domésticos se mobilizam a fim de realizarem o roçado nas glebas de terra de cada família.

Antônio: [...] lá nós trocava era dia. Aí fazia mutirão. Por exemplo, hoje, eu saía pra um dono que tinha roça, eu ajudava a limpar a roça dele. No outro dia, ele vinha e limpava minha roça. Sobrava de meio dia pra tarde, aí nós ia pra outra roça. Nós era assim, ia movimentando. (Antônio, Comunidade Porto Corís, 01/08/2017.)

Clara: Cê ia lá, trabalhava pra ele. Depois, ele vinha cá e trabalhava pra gente, sabe? Quando dava na época da roça, a gente fazia mutirão. Ia lá, limpava a roça dele pra eles juntar a turma e vim na roça da gente limpar, entendeu? Que a gente não tinha condições de pagar em dinheiro. Era só assim, trocando dia por dia, né, era assim. (Clara, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

Isaías: Tinha a troca de dia, né, que era como?

Clemente: Tinha, tinha. Por exemplo, eu trabalhava pro cê hoje, amanhã cê vinha e trabalhava pra mim.

Marina: A limpeza das roça, plantio também, né...

Clemente: Plantio também.

Marina: ... plantar, limpar, colher, tudo era assim. Essa semana é a família de A. que vai plantar. Semana que vem é Z. Era assim. Aí, Z.

ia pra A., depois A. vinha pra Z. A família toda, né? Tipo assim, se A. tinha lá três, quatro filho, ele vinha e trabalhava pra Z., depois Z. levava os três, quatro e fazia a dele, de A., era assim. (Clemente e Marina, Comunidade Porto Corís, 31/08/2017.)

Segundo os corís, no antigo território em que viviam havia pouca terra de “cultura”, sendo que a maior parte era formada por morros e terras de “campo”, que não são propícias a realização de lavouras. Para garantirem o sustento, ao longo da história da comunidade as pessoas necessitaram trabalhar em terras de outros. Trabalhavam, em geral, à meia ou à terça em terras de fazendeiros vizinhos e numa propriedade que existia do outro lado do rio Jequitinhonha. Uma outra alternativa utilizada para obterem sustento era a migração sazonal para o corte de cana no estado de São Paulo e a para colheita de café no sul de Minas Gerais. Segundo Ribeiro (1993, p.106), em relação ao trabalho no corte de cana,

Essa sazonalidade é favorecida pelo calendário agrícola das duas regiões, praticamente não havendo coincidência entre o período da safra da cana na região de destino (de abril a setembro) e o plantio das culturas anuais no Vale (de setembro a março), permitindo assim, a combinação das duas atividades: uma geradora de renda monetária e outra que garante pelo menos parte dos alimentos para o consumo doméstico.

Anteriormente ao deslocamento, havia um conflito em torno da posse e uso de terra na comunidade. Tudo começou quando, na década de 70, um homem chamado Belisário Guedes da Silva, de Santa Rita, município de Chapada do Norte, se apresentou como neto de Pedro Ramos, sendo este filho de Germano e seu avô. Por ser descendente de Germano (bisneto), Belisário passou a reivindicar “direitos de herança” na comunidade. Ele também comprou o direito de herança de quatro membros. Com base nisso, cercou parte das terras de uso comum e ainda outra parte dizendo que pertencia a sua mãe e seu tio, irmão de sua mãe, que não residiam em Porto Corís (O’DWYER & OLIVEIRA, 1997).

Tudo isso foi feito através de ameaças e com a ajuda de primos, irmãos e sobrinhos de Belisário, que vieram de Santa Rita, e também de um Juiz de Paz de Gouveia. Ao ter cercado uma parte da área de uso comum e colocado gado, Belisário transgrediu a moral vigente na comunidade, pois, como foi dito anteriormente, ninguém colocava cercas demarcando as roças de cada família, pois todos respeitavam as áreas dos outros (O’DWYER & OLIVEIRA, 1997). “A criação de gado representa uma transgressão aos padrões de existência dessa

comunidade” (O’DWYER & OLIVEIRA, 1997, p. 18). Como a terra de “cultura” era pouca, a criação de gado se tornaria incompatível com a prática agrícola.

Após o deslocamento da comunidade, devido à construção da UHE Irapé, Belisário e seus familiares não quiseram ser realocados juntos dos outros corís, preferindo ficar em um reassentamento próximo, denominado Santa Fé.

2.1 – O processo de licenciamento e deslocamento vividos pela comunidade

Nesta parte, procurei fazer uma interpretação do licenciamento da UHE Irapé e do deslocamento de Porto Corís tendo como referência a vivência da própria comunidade desse processo.

Inicialmente, os próprios membros da comunidade não foram informados do verdadeiro objetivo dos estudos de viabilidade do empreendimento. Segundo os relatos, as primeiras pessoas que apareceram em Porto Corís, fazendo perguntas e realizando medições, disseram que se tratava da construção de uma ponte sobre o Rio Jequitinhonha para dar acesso ao município de Botumirim. Neste trecho, o rio forma uma divisa natural entre este município e Leme do Prado. Posteriormente, membros da ONG Campo Vale estiveram presentes na comunidade e revelaram aos corís o real intento das investigações.

Regina: [...] apareceu uma equipe lá falando que tava fazendo umas medições, que era **pra fazer uma ponte no rio** pra dá acesso a Botumirim, sabe, que é a outra cidade do outro lado. Tudo bem... perguntou... fez um questionário. [...] depois chegou o pessoal do Campo Vale e perguntou, né? A gente falou que passou essa turma, essa equipe. Aí o Campo Vale que informou, falou: “Não, não é equipe, não é isso, não é ponte, não é nada. É uma barragem que eles tão querendo construir aqui”. **Aí a gente começou saber através do Campo Vale.**

Isaías: [...] esse povo que chegou era gente fazendo estudo?

Regina: É da... cê fala o primeiro?

Isaías: É.

Regina: Já era da CEMIG, né, mais **fazendo os estudo escondido.**

Isaías: Ah, e não estavam falando com vocês...

Regina: **Não, em momento algum falava que era barragem. Falava que era uma ponte que ia ser construída pra dá acesso ao**

município de Botumirim. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

A equipe citada na fala provavelmente pertencia à Enerconsult Engenharia Ltda, empresa de consultoria contratada pela CEMIG para realizar os estudos de viabilidade. Tal omissão do verdadeiro objetivo dos estudos não pode ser vista como mero acaso, mas um indício de que a prioridade dos trabalhos é a produção energética e as outras questões se tornam secundárias (SIGAUD, 1986). Deixa-se em segundo plano o destino das comunidades atingidas, onde e quando, por ventura, seriam reassentadas. As populações a serem afetadas não são vistas como dignas de poderem saber, desde já, de qual obra realmente se trata e como ela poderá impactar suas vidas.

De acordo com os relatos, a notícia da construção da barragem e a consequente mudança compulsória da beira do rio provocaram bastante insegurança nos membros da comunidade. Scudder (*apud* SIGAUD, 1986, p. 46) “[...] indica que os primeiros impactos já começam a afetar a sociedade local com o próprio anúncio da obra”. Em algumas falas recolhidas tornou-se evidente como muitos ficaram apreensivos em relação ao futuro da comunidade.

Isaías: No início, o povo ficou como assim... da comunidade...

Regina: Apreensivo! Nossa, era um bicho de sete cabeça, porque a gente nunca viu uma barragem, nunca viu ninguém atingido por barragem, ninguém nunca chegava pra falar com a gente, “Não... é dessa forma, né? É bom.” ou, então, “ou é ruim.”. Ninguém nunca chegava e a gente ficava naquela... o quê que será que pode acontecer? (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Isaías: Quando a usina... cês ficaram sabendo, né que ia ser construída... o Campo Vale falou que ia ser barragem e vocês teriam que sair de lá porque ia inundar tudo... como que foi a reação do povo? O que aconteceu?

Carlos: Ah, um bocado levantou uma questão danada.

Regina: Ah, moço, eu vô te falar...

Carlos: Foi uma machadada.

Regina: É aquela coisa do cê não tá esperando e ocê saber uma notícia. Cê vai ter que largar sua casa, sua terra. Porque ninguém confiava. Será que eu vou receber outra? Será que eles simplesmente vai empurrar com a barriga e largar no mundo aí sem nada, né? Aí que começou a insegurança do povo. Muita insegurança e foi todo mundo. Até aquelas pessoas mais sabidas, eles ficava se perguntando. (Regina e Carlos, Comunidade Porto Corís, 03/08/2017.)

Marina: Eu vi [que] construía as casas, sabe, mais aí ficava aquela interrogação, né, vai mesmo, será que vai mesmo? Durante o processo, que teve muitas reunião, muita conversa, depois que eu já tava casada, aí foi muito difícil. Era difícil pro cê acreditar no que eles tava falando. Era difícil pro cê aceitar a mudança, ocê confiar nas coisas que eles tava prometendo. Então, foi assim muito difícil. Eu confesso que até a minha mudança mesmo eu achava muito difícil, muito difícil. (Marina, Comunidade Porto Corís, 31/07/2017.)

Segundo Lemos (1999), enquanto a Enerconsult realizava os estudos de viabilidade da UHE Irapé, a Comissão de Atingidos, em parceria com a Campo Vale, também realizou um estudo próprio da região, descrito pela autora como um “contra-RIMA”. Um dos objetivos dessa iniciativa era construir um conhecimento acerca das comunidades atingidas, a fim de se ter subsídios nas negociações com a CEMIG. Foi neste contexto dos estudos que a Campo Vale “descobriu” que Porto Corís era uma comunidade quilombola.

Regina: O Campo Vale passou a estudar a comunidade, passou a estudar e aí descobriu que a gente vinha de uma descendência de quilombo, de ex-escravo. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Para dar início à identificação e titulação do território de Porto Corís, a Campo Vale entrou em contato com a Fundação Cultural Palmares, que deu início ao processo.

Como explicitado anteriormente, foi na Audiência Pública realizada em 1997, em Acauã, que se tornou pública a existência de Porto Corís como uma comunidade quilombola. A partir disso, devido ao fato dessa reivindicação ter sido vista como ameaça à construção da UHE Irapé, atores favoráveis à realização do empreendimento passaram a perseguir e pressionar a comunidade. Durante o tempo permanecido em Porto Corís, nos foi relatado que uma pessoa da comunidade sofreu ameaça por alguém do município de Leme do Prado, a mando de um deputado federal.

Isaiás: Ahhh, não queriam que vocês se reconhecessem como quilombolas?

Regina: Não queria, porque se a gente se reconhecesse e batesse o pé que não ia sair, aí poderia não ter a barragem. E como a barragem era interesse dos político, dos grande, governo, deputado e tudo... aí, começou, deputado lá em cima falando com os mais pequeno cá em baixo, né, prefeito e vereadores. E aí, foi um vereador na minha casa,

na época, até me ameaçar, né, trazer o recado do deputado. Mais eu não tive medo não. Foi ...¹¹. Na época, ele era deputado federal. O ... , que é o ... o que é o vereador daqui do... que é até de Posses, ele foi lá em casa levar o recado de E ... tinha falado que corria o risco da barragem não ser construída por minha causa, né, porque eu tava à frente da comunidade, e se ela não fosse construída, que eu seria o Cristo. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Políticos da região também tentaram persuadir os corís a não se identificarem como quilombolas, dando informações errôneas a eles a respeito da titulação das terras:

Segundo os moradores, logo após a audiência pública em Acauã, a mulher do prefeito de Leme do Prado esteve na área e os orientou a não dizerem que são “Remanescentes de Quilombos”, porque se eles dissessem isso a terra seria do governo e eles não seriam indenizados pela CEMIG, caso a barragem saia (O’DWYER & MARTINS DE OLIVEIRA, 1997).

Como os corís passaram a ser um grupo detentor de direitos específicos, garantidos constitucionalmente, a comunidade em muitos momentos se tornou o centro das discussões e negociações entre a Comissão de Atingidos e a CEMIG. Tentou-se obter conquistas para Porto Corís e, em alguma medida, estendê-las às outras comunidades. Também, foi neste contexto que os corís se descobriram como cidadãos possuidores de direitos, percebendo que não precisariam aceitar passivamente o deslocamento compulsório da beira do rio. No âmbito do conflito com a CEMIG, foi necessário que a comunidade aprendesse a lidar com questões completamente novas, que não faziam parte do seu universo social. Tudo isso é evidenciado nas seguintes falas:

Regina: [...] a gente não tinha associação. A gente era tão isolado da sociedade. A gente não sabia quê que era associação. A gente não sabia o quê que era quase nada. Só sabia o ofício de trabalhar e me manter, né, o sustento. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Carlos: Foi muito importante. Deixou uma experiência muito grande.

Isaías: Como assim?

Carlos: Alertou. O povo ficou assim mais... o povo daqui era muito apagado, né?

¹¹ Nesta fala optei por suprimir os nomes para preservar a identidade do interlocutor.

Regina: É igual eu te falei aquele dia, o povo ficava ali. Sabia que ali era o lugar deles morar, eles tinha que trabalhar pra comer. Na sociedade, parece que não era ninguém, sabe? O povo, de primeiro, só prestava pra votar mesmo. Não tinha voz, não tinha voz, não tinha vez, não tinha nada. A partir daí, parece que foi acendendo uma luz. (Regina e Carlos, Comunidade Porto Corís, 03/08/2017.)

Como foi explicitado no item anterior, no antigo território de Porto Corís havia pouca terra de “cultura”, sendo que a maior parte era formada por morros e uma chapada, terrenos que não são propícios à prática agrícola. Devido a esse fato, os corís necessitavam trabalhar em terras de propriedades vizinhas para garantirem o seu sustento, plantando à meia ou na terça, e também muitos migravam para trabalharem no corte de cana e na colheita de café. Essa situação motivou a comunidade a aceitar o deslocamento, na esperança de conseguir uma propriedade, desde que a CEMIG a reassentasse em uma terra de área maior e melhor para viver.

Isaías: Lá no antigo território, cê falou... eu acho que era cento e noventa e nove hectares, cê falou...

Regina: Cento e noventa e nove.

Isaías: ... só que usado era quanto... assim que cês praticava agricultura?

Regina: Me parece... eu não tenho muita certeza não... me parece que é vinte ou trinta por cento da área total.

Isaías: Então, era pouco assim...

Regina: Era bem pouco.

Isaías: Tava difícil pra vocês se sustentarem?

Regina: Muito difícil, porque a comunidade tava crescendo e o terreno pequeno, né? Aí a gente tinha que sair, trabalhar à meia com os outro, pagando terça, travessando rio cheio, sofrendo muito aí. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Regina: [...] Mais o quê que levou a gente até pensar que, se a CEMIG nos desse uma terra maior, um lugar melhor, a gente até aceitaria sair, porque o lugar tava pequeno. Terra de cultura era pouquíssima! A gente tinha muito campo, mais no campo não produz, né? Não tem água, não tem nada. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Dessa forma, interpretei a aceitação do deslocamento como uma estratégia adotada pela comunidade para garantir a sua reprodução e a conquista de maior autonomia. A esperança de se obter uma terra própria também motivou, em outros contextos, a aceitação do deslocamento por comunidades ribeirinhas, como foi registrado por Rebouças (2000, p. 93) na região do

Pontal do Paranapanema, estado de São Paulo: “O lote de terra e o seu título anunciam, para aqueles que são tradicionalmente agricultores, a perspectiva de escapar à condição de arrendatário, meeiro, posseiro, ou até bóia-fria”. Por outro lado, não se pode negar que a “escolha” do deslocamento pela comunidade ocorreu em um contexto que colocava a construção da UHE Irapé como inexorável. Havia por parte do governo de Minas Gerais uma decisão de que “a UHE Irapé fosse construída a qualquer custo” (ZUCARELLI, 2006, p. 97). Em alguma medida, Porto Corís realizou uma escolha forçada.

Ficou estabelecido no Termo de Acordo (TA), celebrado entre a CEMIG e as comunidades atingidas, que a Porto Corís seriam apresentadas a Fazenda Mandassaia II, localizada no município de Leme do Prado, e mais três outras propriedades, no Alto Jequitinhonha, para que pudessem avaliar e escolher uma delas (MINAS GERAIS, 2002). A Fazenda Mandassaia acabou sendo a eleita. Os corís justificaram a escolha argumentando que não queriam sair do município de origem e se distanciarem das pessoas conhecidas. Vê-se claramente uma tentativa da comunidade de não romper os laços sociais existentes com pessoas de Leme do Prado e também a tentativa de se não distanciar das terras tradicionalmente ocupadas.

Manuela: Eles visitaram muitos lugares, só que o povo não gostô, porque, infelizmente, ia ficar longe de Leme do Prado. O povo é mais aclimatado aqui no município de Leme do Prado, aí como ficaria muito longe, eles quiseram vir pr’aqui mesmo. Pra não sair do lugar, né, que eles não queria sair.

Isaías: Não queriam...

Manuela: Mudá, né, **que se mudasse, cabava as lembrança do lugá e aqui tava perto**. Tá, não, aqui é perto. (Manuela, Comunidade Porto Corís, 29/07/2017.)

Marina: [...] eles levou a gente n’algumas fazenda, né? Apesar de que a gente já tinha mais ou menos na mente de que a gente ficaria aqui. Nós não tinha o interesse de sair pra fora do município. **A gente tinha a vontade de ficar dentro do município, perto das pessoas que a gente conhecia, né, que a gente convivia**. Então, nós saímos pra conhecer outras terras, porque às vezes poderia ser uma opção melhor, mais não gostamos das terra que a gente viu e optamo por ficar aqui mesmo. (Marina, Comunidade Porto Corís, 31/07/2017.)

Cumprindo determinações do TA, em 2004, a CEMIG iniciou o preparo do chamado “Pré-Reassentamento”. Nesta época, as pessoas da comunidade deixaram de fazer as roças no

antigo território e passaram a plantar apenas na Fazenda Mandassaia II. Em 2005, ocorreu a mudança definitiva da comunidade para o novo local.

2.2 – Situação da comunidade após o reassentamento

Nesta parte, buscamos fazer uma análise de como a comunidade está vivendo no reassentamento, pontuando os principais problemas enfrentados em decorrência da mudança compulsória.

As pessoas mais velhas de Porto Corís foram, em geral, as que tiveram maior dificuldade em aceitar o deslocamento. Em muitas falas é possível perceber como a antiga terra possuía para os corís um valor material e simbólico (O'DWYER & OLIVEIRA, 1997) e diríamos também afetivo. Ainda que muitos digam que a vida no reassentamento é melhor que a de antes, devido a maior facilidade de acesso à cidade e a serviços, não deixam de se queixarem da saudade que sentem do lugar.

Paula: Eu não queria sair de lá não, mais...

Isaías: Por a senhora, a senhora ainda estava lá?

Paula: Ah, eu tava lá. Tava... eu não queria sair de lá não, que é aonde a gente foi nascido e criado, né, toma amor. É, toma amor. Mais que jeito, né, o jeito foi sair. E lá, de primeiro, lá era bem difícil pra nós. Aqui tá bão, porque aqui se adoecer, vem o carro na porta aqui. (Paula, Comunidade Porto Corís, 28/07/2017.)

Segundo os relatos, P., a pessoa mais velha da comunidade na época do deslocamento, no contexto da mudança, ficou doente e acabou falecendo, alguns dias depois, por causa de um acidente vascular cerebral.

Fernando: Porque a gente que era mais novo... a gente já era acostumado a sair pra fora, né, e os mais véi... teve gente lá mesmo que... igual meu avô mesmo, nunca tinha saído. **Uma pessoa que foi nascido e criado naquele lugar.** Inclusive, quando nós mudou pra cá, ele adoeceu na época que nós mudou. No impacto da mudança, ele... aí ele passou mal, sentiu um derrame, acabou morrendo sem... sem trazer a mudança dele mesmo. Assim, ele veio pra cá, porque os filho já tinha mudado, o pessoal já tinha vindo. Então, ele veio pra casa dos... veio pra casa do filho dele, mais pegando a mudança e trazendo

mesmo, ele não... ele não aguentou. (Fernando, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Muitos estranharam o contraste de paisagem existente entre antiga terra e a do reassentamento, sendo que esta última é muito plana (chapada), terrosa, repleta de capim e possuía poucas árvores. No antigo território, os corís viviam numa grota, rodeados por montanhas, às margens do rio Jequitinhonha e com a presença de matas.

Marina: Porque lá, a gente morava entre montanhas, né, era bem valado mesmo. Quando chegava aqui em cima, que cê via tudo plano, cê enxerga essa imensidão assim aí... e quando nós chegamo pra cá era pasto, era tudo pastagem, então, não tinha árvore, não tinha nada. Tudo o que cê olhava assim era só a pastagem. E eles tiraram a pastagem e construiu as casa. Então, ficou com terra vermelha mesmo. No início que a gente chegou, era muito sofrimento. Se ocê saísse lá fora, o pé já tava só barro, só terra mesmo, sabe? E no início que nós viemos pra cá, choveu bem, então, foi bem difícil. Até que começou a crescer árvore, que foi tampando aquela terra vermelha que ficou, né, aí foi bem difícil. (Marina, Comunidade Porto Corís, 31/07/2017.)

Francisco: A gente teve muita dificuldade também, né, que cê mudou pr'um lugar, vamo supor, aqui era só pasto, não tinha nada. Cê trabalhava, né, cê plantava... tava formando o quintal, cê ficava assim formando aqui, sabe, mais só que era uma... dava uma solidão, uma tristeza. Que era só pasto, só um vermeião e capim, sabe? Não tinha árvore nenhuma. Isso demorou adaptar. Só que agora já adaptou, né, cada um tem seu canto, tem as suas coisa tudo formadim. Agora, todo mundo já acostumou. (Francisco, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

Assim que foram reassentadas, as pessoas da comunidade buscaram formar um novo quintal ao redor de suas casas. Podemos ver nisso uma vontade dos corís em tentar domesticar uma terra que lhes era estranha, buscando assemelhá-la o máximo possível à terra em que viviam.

Margarida: Quando nós mudou pr'aqui, tudo era limpo. Era terra igual esse terreiro aí, ó, tudo limpinho. Não tinha nada, não tinha planta nenhuma, nada. Depois que a gente foi plantando, né? A CEMIG trouxe... foi trazendo as muda pra gente e foi plantando. Naquela época, chovia bastante. (Margarida, Comunidade Porto Corís, 01/08/2017.)

Manuela: ... aí, tinha que plantar mangueira pra fazer sombra, plantar as coisa, né, **pra o clima ficar igual lá**. Eu quis plantar laranjeira, mangueira... (Manuela, Comunidade Porto Corís, 29/07/2017.)

Os corís reclamaram da diferença de clima existente entre a antiga terra e a do reassentamento. Na visão deles, o clima da terra atual é mais frio e venta bastante. Alguns relataram terem ficado doentes.

Manuela: Infelizmente, demorou a acostumar aqui, viu? Era muito difícil, porque o clima aqui é mais frio. O pessoal ficou muito tenso, muitos adoeceram por causa do clima, né? O clima aqui é mais... agora o povo vem habituando aqui, mais nos primeiros meses foi difícil. O pessoal só vivia gripado. (Manuela, Comunidade Porto Corís, 29/07/2017.)

Francisco: Ô, moço, eu vou falar pra você bem a verdade, durante três meses a gente sentia muita saudade lá da beira do rio, né? Nós sempre ficava meio voadão.

Isaías: Ficava com o quê?

Vilma: Ele chegou sentir... estranhou o clima...

Francisco: O clima...

Vilma: ... porque lá em baixo não ventava, aqui venta demais.

Francisco: Aqui é mais frio...

Vilma: Lá não tinha poeira, aqui tem muita poeira...

Francisco: Aqui faz muito frio...

Vilma: ... porque a terra lá era arienta. Então, não era de ter poeira. (Francisco e Vilma, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

No reassentamento, a água utilizada pela comunidade provém de um poço artesiano perfurado pela CEMIG. Segundo os corís, a água é de boa qualidade, mas, com alguma frequência, a bomba do poço apresenta problemas e a comunidade fica sem abastecimento. Quando isso ocorre, recorrem à CEMIG, que, segundo alguns, “*Demora trinta dias, tem vez*” e, enquanto o problema não é resolvido, a prefeitura de Leme do Prado auxilia, abastecendo com água de caminhão pipa. Ou então, as famílias se mantêm com água proveniente de reservatório abastecido com água das chuvas. Outros disseram que quando a bomba apresenta defeito, recorrem à prefeitura e, caso ela não resolva o problema, os próprios corís procuram a solução para o conserto, feito às suas expensas. Também foi afirmado que há períodos em que o abastecimento pelo poço artesiano fica a desejar.

Diante disso, pode-se perceber que, devido ao deslocamento, houve uma perda da autonomia do uso da água. Anteriormente, parte da água utilizada pela comunidade vinha de

uma nascente, que pela simples força da gravidade, chegava ao local. Dessa mesma forma, a água proveniente do rio Jequitinhonha chegava lá. Assim, os corís não necessitavam recorrer ao uso de mecanismos mais sofisticados para terem abastecimento hídrico. Enquanto que no reassentamento, a água está oculta em um lençol freático, sendo que para chegar às residências é necessário o uso da força de uma bomba. O acesso à água não é mais livre como ocorria antes. No antigo território, o rio Jequitinhonha era um grande provedor para a comunidade, pois era onde se desempenhavam várias atividades, como pescar, lavar roupas e vasilhas, irrigar e garimpar ouro. Algumas pessoas de Porto Corís apresentam a percepção de que a forma como utilizavam a água antigamente era “natural”, em contraposição à forma atual, que é mecanizada e depende do uso de recursos tecnológicos (bomba).

Manuela: A vantagem de lá é que tudo era natural.

Luzia: Lá tinha nascente, né?

Manuela: Tinha um rio passando pelo lado de baixo da casa. Lá, cê lavava roupa, lavava vasilha, cê pescava, cê fazia tudo. (Manuela e Luzia, Comunidade Porto Corís, 29/07/2017.)

Houve também alguém que reclamou da impossibilidade atual da prática da pesca. No reassentamento, o acesso ao peixe ocorre apenas pela compra no mercado.

Paula: [...] Ô, gente, agora aqui, quando eu quero comer um peixe, é comprando, é comprado.

Isaías: Então, lá, quando a senhora queria, a senhora pescava no rio?

Paula: É, pescava no rio.

Isaías: E, hoje, tem que ser comprado?

Paula: Tem que ser comprado. (Paula, Comunidade Porto Corís, 28/07/2017.)

De acordo com relatos dos corís, anteriormente ao deslocamento, em muitas ocasiões as pessoas tratavam doenças usando plantas medicinais, como quina, suma, jalapinha, alecrim, barbatimão, velame, manjol, imburana, entre outras. Muitas dessas plantas eram encontradas apenas nas terras de “campo” ou “carrasco” que existiam no antigo território. Após o deslocamento, o acesso a tais plantas não é tão fácil quanto antes, mas ainda hoje muitas pessoas vão à parcela do território não inundada¹² a fim de colhê-las. Ou, então, recorrem a uma pequena parte das terras do reassentamento que as possuem. Além das plantas medicinais, utilizavam as terras de “campo” para colherem “frutos do mato”, que, igualmente, não são mais acessados facilmente.

¹² A parte mais alta das terras tradicionalmente ocupadas, que corresponde a uma chapada, não foi inundada pela Barragem de Irapé. Ficou estabelecido no Termo de Acordo que esta parte pertence aos corís, sendo o uso por eles livre.

Isaías: Então, cês usavam a chapada pra essas coisas, né?

Regina: Usava... o pequi, a mangaba... tinha muitos fruto do mato que a gente colhia. Hoje a gente ainda colhe, só que ficou mais difícil. A gente tem que sair daqui, e ir lá é longe, né? A gente ainda vai, mais não é sempre não. (Regina, Comunidade Porto Corís, 03/08/2017.)

É interessante notar que há uma família em particular na comunidade que faz uso recorrente das plantas medicinais, apresentando inclusive certa aversão à medicina ocidental-moderna, não a considerando tão eficaz.

Luzia: É igual pai quando ele tombou o caminhão, aí, fez um corte daqui a aqui assim. Nós ficou pensando: “Ô, pai, o senhor vai no médico, o senhor vai costurar isso demais, aí vai dar muitos pontos.”. Ele só chegou em casa e falou assim: “Cê vai lá no mato e pega assim, assim pra mim.”. É remédio do mato. [...] fez o banho, aquelas panelada de banho. Todo dia ele banhava. Cicatrizou rapidim. Nem precisou dele ir no médico. Só que aí, no cicatrizar, ficou caco de vidro no corte. Aí de vez em quando feria. Os cacos de vidro saiu. Ele tornou banhar, sarou. Pai curou em casa mesmo. (Luzia, Comunidade Porto Corís, 29/07/2017.)

Manuela: É que o remédio do médico só faz o efeito na hora. Depois volta, né, e a quina [planta medicinal], cê toma e acabô. (Manuela, Comunidade Porto Corís, 29/07/2017.)

Um efeito que pode ser atribuído ao deslocamento foi a mudança no padrão de casamento, que anteriormente tendia a ser endogâmico. Segundo os relatos, após a mudança, muitos escolhem cônjuges provenientes de lugares distantes. Este fato permite que pessoas estranhas à comunidade, e que não conjugam o seu modo de vida, tenham acesso à terra.

Isaías: Quando cês vão casar, cês casam assim, mais... é com pessoas da região mesmo, né?

Fernando: Lá era sempre mais com o pessoal da região, agora, depois que chegô aqui que os... uns aqui já começou a buscá longe, mais fora, né? Uns casô [com] outros de Capelinha, Angelândia... e, aí, já mudô, começou mudá, né?

Isaías: Mais [antes] era mais entre vocês mesmos, né?

Fernando: Mais era o pessoal da...

Isaías: Da comunidade?

Fernando: Era. (Fernando, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Outro problema bastante comentado pelos corís é a baixa produtividade agrícola, atribuída por eles à diminuição das chuvas e à não correção do solo com calcário pela

CEMIG/EMATER¹³. Cumprindo com diretrizes do Termo de Acordo, a CEMIG firmou um convênio com a EMATER a fim de que esta prestasse assistência técnica para a comunidade. Desse modo, a EMATER ficou responsável por realizar a calagem do solo. Entretanto, segundo os relatos, a correção foi feita com um material diferente de calcário e, devido a isso, a produção agrícola foi diminuindo com o passar dos anos. É interessante notar que no “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Reassentamento”¹⁴ consta que a maior parte do solo do reassentamento é de baixa fertilidade natural, sendo obrigatória a sua correção para qualquer cultivo (PLANO..., 2004).

Regina: A CEMIG fez, mais não foi correção. Ela contratou um bando de corrupto, uma pessoa da EMATER que ela contratou, com o nome de G. Eu acho que... eu acredito que seja, porque têm todos os indícios, porque a gente não conhecia calcário, né? Alguma coisa a gente sabia, calcário não pode molhar. Se ele molhar, ele endurece igual cimento. Então tá, ela [CEMIG] foi, contratou essa equipe. Tinha essa chefe que era G., [...]. Aí invés de eles colocar calcário, colocou areia. Tentou enganar nós, só que aí as coisa passou a não produzir, sabe? Não produzia, não produzia. Aí nós passamos a comprar calcário e vê que o calcário é muito diferente. [...] Que, na verdade, eles não tava mexendo com gente tão besta assim, né? Que de agricultura, ninguém melhor pra entender que nós que nasceu, cresceu mexendo com a terra. Então, eles não conseguiram enganar a gente não. [...] A gente, hoje, tem terra corrigida, porque a gente corrigiu. (Regina, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

Isaías: E a terra, você acha que a qualidade... ela é boa?

Fernando: É, a terra pra nós aqui é boa. O que tá faltando aqui é correção, né?

Isaías: Correção...

Fernando: Com calcário. Esse é o maió problema que nós teve aqui. Até hoje, o que nós reclama a respeito da CEMIG é isso, porque, na época, a CEMIG pagô pra corrigi, só que eles não corrigiu a terra. Jogaram uma... jogô uma poeira aí, um negócio parecendo areia e não é calcário. (Fernando, Comunidade Porto Corís, 27/07/2017.)

A diminuição progressiva da produção agrícola provocou a redução da autonomia da comunidade, pois os corís passaram a ter que comprar no mercado boa parte daquilo que

¹³ No Termo de Acordo ficou estabelecido que a CEMIG deveria realizar a calagem das terras por um período de 8 (oito) anos.

¹⁴ O “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Reassentamento da Comunidade Remanescente de Quilombo de Porto Corís” foi um documento elaborado pela CEMIG e com participação de técnicos da EMATER - MG, CPA CAMPO, Fundação Cultural Palmares, MPF e INCRA. A elaboração desse documento foi determinada no Termo de Acordo.

conseguiram produzir anteriormente ao deslocamento. Em alguma medida, de produtores, os membros da comunidade se tornaram meros consumidores, semelhantes aos habitantes das cidades.

Isaías: A terra daqui, o que a senhora acha? A terra é boa? A senhora acha que é boa como a de lá [antigo território]?

Paula: Ô, moço, a de lá é mió, bem mió, que a daqui não produz quase nada. Aqui, só sai aqui mesmo é mandioca. Plantar manaíba aqui sai, dá mandioca, mais feijão, milho, nós não colhe milho aqui não. **Os milho aqui é comprado. Desde quando eu vim pr'aqui, é comprando milho. Eu crio um pouco de umas galinhazinha é comprando milho pra dar elas. Toda mês, de mês em mês, eu compro um saco de milho pra dar elas.**

Isaías: O milho, o que acontece quando planta? Ele não cresce, não...

Paula: Ah, eu acho que... eu não sei não. É a terra, só pode ser a terra, porque a gente planta o milho. Ele nasce, qualquer um solzinho que dá, ele morre. Feijão não dá. Feijão nasce bão, quando ele tá encopano, se não vier o sol pra matar, ele some na terra. Não dá feijão não. (Paula, Comunidade Porto Corís, 28/07/2017.)

Outras pessoas de Porto Corís reclamaram que a EMATER não deu a devida assistência técnica à comunidade.

Isaías: A CEMIG, ela ficou alguma coisa assim, de dar assistência depois que vocês foram reassentados e... de dar alguma assistência, nesse sentido mesmo da agricultura... se houver algum problema com a terra?

Francisco: Ficou, eles largou a EMATER, né, responsável por um tempo. Na verdade, a EMATER vinha aqui direto, só que levava mel de coruja assim e a EMATER falava que ia fazer isso e aquilo e aquilo. E cumpriu o tempo, né, e sumiram. Eles largou ela responsável, também, pela água. Só que a água, até hoje, se deu um problema na bomba aí, a gente liga lá. Com muito custo, mais eles vêm e arruma.

Isaías: A CEMIG?

Francisco: A CEMIG. (Francisco, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

De todos os efeitos sofridos pela comunidade devido ao deslocamento, destacamos como central o do afrouxamento dos laços sociais e a conseqüente redução da reciprocidade social. A reclamação a respeito da desunião do grupo apareceu espontaneamente já na primeira entrevista realizada e foi relatada em diversas outras. Muitas pessoas reclamaram que

“o povo era mais unido” ou que “a convivência lá era mió que aqui”. Revelaram que antigamente, apesar de trabalharem o dia todo, havia à noite um grande movimento na comunidade e as pessoas iam às casas dos vizinhos, onde conversavam, davam risadas e contavam casos até tarde. No lugar atual em que vivem, isso praticamente não ocorre. Este contraste com o passado ficou evidente para mim durante o tempo permanecido entre os corís. Percebi que a comunidade é bastante silenciosa e vi pouco movimento nas ruas. A praça localizada no centro da agrovila, que poderia ser um lugar de sociabilidade, é pouco frequentada, permanecendo abandonada. Realmente, as pessoas pouco se visitam, excetuando algumas visitas esporádicas de parentes muito próximos.

Ainda que no “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Reassentamento” conste que ele foi elaborado de “forma participativa” e o modelo de agrovila tenha sido escolhido visando manter os laços familiares e as relações sociais estabelecidas e consolidadas ao longo dos anos (PLANO..., 2004), no tempo atual, as relações tradicionais de trabalho (mutirão e troca de dia) praticamente inexistem. Ignorando que no antigo território a terra era de uso comum, a CEMIG reassentou a comunidade sob a ótica da propriedade privada, acrescentando um elemento que era completamente estranho aos corís, o uso de cercas. Como já foi afirmado anteriormente, no antigo território, cada família possuía uma roça e a área de terra onde ela se localizava era respeitada por todos, não necessitando colocar cercas para delimitar as partes. Apenas alguns poucos marcos naturais, como um córrego que atravessava a comunidade, ou alguma planta eram suficientes para indicar os limites.

Francisco: E lá, as terra... aí, tinha as terra que plantava roça, né [...] Cada um tinha sua tira e tinha sua divisa. Cada um plantava daqui pra cá, o outro daqui pra cá, entendeu? [...] Era tipo um corgo assim, um boqueirão de corgo. Do lado de lá assim, do lado de cá assim e aí o corgo passava no meio. Quem plantava do lado de lá, tinha sua divisa. Eu chegava e roçava aqui, daqui pra cá eu plantava. Aí daqui pra cá o outro vinha e roçava e plantava. E todo ano ali, cê batia sua paiada dentro da sua divisa ali, ó? Não tinha esse negócio de um ficar empurrando o outro e encostando no outro não, sabe? Aí tinha os mato... as sobra de mato, que ninguém tinha plantado. Se eu queria plantar ali, eu ia e roçava aqui. Não tinha esse negócio, se o outro falar assim, “Não! Aqui é meu!”, não. Não tinha isso não. **Por isso que eu falo com cê bem a verdade, aqui é diferente. Aqui é diferente, cada qual tem o seu cercado e individual.**

Vilma: **É porque a CEMIG já entregou cada qual no seu, né?** (Francisco e Vilma, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

Analisando as falas citadas, como na agrovila cada família recebeu uma área exclusiva e cercada, forma típica de propriedade privada da terra, não existe mais entre os corís o sentimento de que cada porção de terra é parte de um todo comum.

Alguns admitiram que no atual território já não existem mais certas práticas de reciprocidade, como a seguinte:

Francisco: Ó, eu vou falar com cê bem a verdade, lá era assim, ó, só pro cê ver. Lá, se minha mãe matasse um porco... tinha dezenove família, todas as dezenove família recebia um pedacinho, que era o tempero que eles falava, sabe? Uma banda ou mais da banda do porco era só pra dividir... dividir acabou. Então, mudou tudo, mudou tudo, por causa disso que eu falo.

Isaías: Então, dividia mais as coisas, né?

Francisco: Dividia. Lá era o seguinte, se matasse um, meu filho, ô dó, podia pôr a panela no fogo que o tempero chegava.

Vilma: Se fizesse coisa de forno, dava pra todo mundo também.

Francisco: Dava pra todo mundo. (Francisco e Vilma, Comunidade Porto Corís, 04/08/2017.)

Portanto, fica evidente que os técnicos planejadores do reassentamento não tinham consciência clara das especificidades socioculturais de Porto Corís. Ao serem reassentados num regime de uso e posse da terra estranhos à comunidade, os corís passaram a ter dificuldade em reproduzir as formas tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise realizada sobre o processo de licenciamento da UHE Irapé foi possível perceber, como mostra Zucarelli (2006), que, em Minas Gerais, a flexibilização das normas ambientais é algo rotineiro. Muitas vezes, os empreendedores, por meio de mecanismos flexibilizantes, como condicionantes, Termos de Ajustamento de Conduta ou Termos de Acordo e cauções fiduciárias, procuram abrandar a legislação ambiental e dar seguimento aos empreendimentos. No caso aqui tratado, a FEAM recomendou em seus pareceres técnicos que, antes da concessão da Licença Prévia, a CEMIG adquirisse as propriedades em que as comunidades seriam reassentadas. Contudo, mesmo após a concessão da última licença, a Licença de Operação, ainda havia pendências em relação aos reassentamentos.

Podemos perceber que a decisão de conceder licenças ambientais são tomadas, em várias ocasiões, tendo como base interesses políticos e econômicos e não questões técnicas. Na verdade, muitas vezes a decisão de conceder licenças ocorre externamente aos espaços “formais”, de modo que anteriormente à realização das reuniões de câmara, já se sabe qual será o resultado de um pedido de concessão (ZUCARELLI, 2006).

Sem dúvidas, a remoção compulsória de Porto Corís da beira do rio Jequitinhonha causou sérios efeitos à comunidade. Anteriormente ao deslocamento, os corís habitavam uma gruta, que era um lugar de baixa altitude, às margens do rio Jequitinhonha e cercado por montanhas. Com a remoção da comunidade, passaram a habitar um lugar de paisagem completamente diferente, uma planície (chapada). Além do contraste de paisagem, as pessoas de Porto Corís tiveram que lidar com um lugar de clima bastante diverso daquele que existia na gruta e, por causa disso, muitos relataram terem ficado doentes após o deslocamento. Logo que foram reassentados, os corís buscaram formar um novo quintal ao redor de suas casas, a fim de deixar o ambiente semelhante ao que existia na beira do rio.

Também houve uma perda da autonomia do uso da água. Antigamente, a comunidade possuía acesso livre à água, que pela simples força da gravidade chegava ao local. Atualmente, a água utilizada está oculta em um lençol freático e o acesso a ela depende do uso de uma bomba. Além disso, tornou-se impossível desempenhar atividades na beira do rio Jequitinhonha, como lavar roupas e vasilhas, pescar, garimpar ouro e diamante. Outra

atividade que com o deslocamento ficou prejudicada foi o acesso e o uso das plantas medicinais existentes nas terras de “campo” ou “carrasco” do antigo território.

Em Porto Corís, tradicionalmente o casamento tendia a ser endogâmico, ocorrendo preferencialmente entre primos. Após a remoção da beira do rio Jequitinhonha, alguns corís estão escolhendo cônjuges provenientes de lugares distantes, permitindo que pessoas que não comungam o seu modo de vida tenham acesso à terra.

De acordo com os moradores de Porto Corís, o solo do reassentamento foi corrigido com um material diverso de calcário. Desde então, a produção agrícola diminuiu progressivamente, provocando uma redução da autonomia da comunidade, que já há muito tempo necessita adquirir no mercado a grande maioria daquilo que conseguia produzir anteriormente ao deslocamento.

Por fim, o afrouxamento dos laços sociais e a consequente diminuição da reciprocidade podem ser vistos como os efeitos de maior gravidade. Desde o deslocamento, as relações tradicionais de trabalho (mutirão e troca de dia) praticamente não são mais reproduzidas. Ignorando que a comunidade vivia no regime da “terra no bolo”, em que a terra era de uso comum, a CEMIG reassentou os corís a partir da ótica da propriedade privada, destinando a cada família uma parcela de terra exclusiva e com cercas nos limites. Dessa forma, não existe mais entre os membros da comunidade o sentimento de que cada porção de terra é parte de um todo comum. Ao serem reassentados em um regime de uso e posse da terra estranhos ao grupo, os corís passaram a ter dificuldade em reproduzir as formas tradicionais.

O apego e a saudade do antigo território ainda persistem e ficam evidenciados nas visitas que alguns corís ainda realizam à parte não inundada das terras tradicionalmente ocupadas:

Margarida: É, quando eu vou lá, eu... **Lugar onde a gente morou, nasceu, criou, adquiriu a família tudo lá, pra sair, né? Então, a gente não esquece daquele lugar.** Um menino meu mesmo, H., não sai de lá. Quase todo sábado ele vai pra lá. (Margarida, Comunidade Porto Corís, 01/08/2017.)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

GALIZONI, Flávia. **A terra construída: família, trabalho, ambiente e migração no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GESTA. Luta contra desmatamentos ilegais para monocultura de eucalipto e supressão de direitos trabalhista em Minas Novas e Turmalina. 2010. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=302>>. Acesso em: julho de 2019.

GUIMARÃES, Carlos Magno; LOPES DE PAULA, Fabiano; MATOS, Sônia Misságia. **Diagnóstico histórico-social sobre a comunidade de Porto dos Corí: Município de Leme do Prado – MG**. Belo Horizonte, dezembro-1997.

LEMOS, Chélen Fischer de. **Audiências Públicas, participação social e conflitos ambientais nos empreendimentos hidrelétricos: os casos de Tijuco Alto e Irapé**. 1999. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MINAS GERAIS. Ministério Público Federal. **Termo de Acordo que celebram o Ministério Público Federal, o Estado de Minas Gerais, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG e a Fundação Estadual do Meio Ambiente, com a intervenção da Fundação Cultural Palmares, da Associação Quilombola Boa Sorte e da Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé, objetivando a adoção de medidas que visem a melhoria da qualidade do meio ambiente, a reconstituição de direitos das populações atingidas pela Barragem de Irapé e o consequente encerramento da Ação Civil Pública nº 2001.38.0043661-9**. Belo Horizonte/MG: Procuradoria da República em Minas Gerais, 2002.

MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

O'DWYER, Eliane C. & OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. **Relatório de identificação da comunidade negra rural de Porto Corís, município de Leme do Prado – MG**. Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, agosto-1997.

PEIXOTO, Paulo. Norte e Vale do Jequitinhonha formam outra Minas Gerais. **Folha de São Paulo**, Belo Horizonte, 18 de jun. de 1996. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/18/brasil/16.html>>. Acesso em: setembro de 2018.

PEREIRA, Viviane Guimarães. **Como a vida se refaz**: os caminhos da reterritorialização de atingidos pela Barragem de Irapé do Alto Jequitinhonha. 2012. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras.

PLANO de Desenvolvimento Sustentável do Reassentamento da Comunidade Remanescente de Quilombo de Porto Corís. Leme do Prado: [s. n.], novembro-2004.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido**: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Campesinato**: resistência e mudança – O caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha. 1993. vol. I. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães & GALIZONI, Flávia. **O problema da comunidade negra de Porto Corís com a construção pela CEMIG da Usina Hidrelétrica de Irapé, no Alto Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais**. [S.l.: s.n.], [199-].

OLIVEIRA, Raquel. **Dividir em comum**: práticas costumeiras de transmissão do patrimônio familiar no Médio Jequitinhonha - MG. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS, Ana Flávia M. Concepção de cultura, reconhecimento de direitos: o caso dos atingidos pela UHE Irapé/MG. In: CUREAU, Sandra *et al.* (Coord.). **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SANTOS, Ana Flávia M.; RIBEIRO, Áureo Eduardo M.; GALIZONI, Flávia. **As comunidades tradicionais do Alto Jequitinhonha face à Hidrelétrica de Irapé**: organização sociocultural e impactos. Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, março-2002.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. **Comunicação** – PPGAS/MN/UFRJ, Rio de Janeiro, nº 9, 1986.

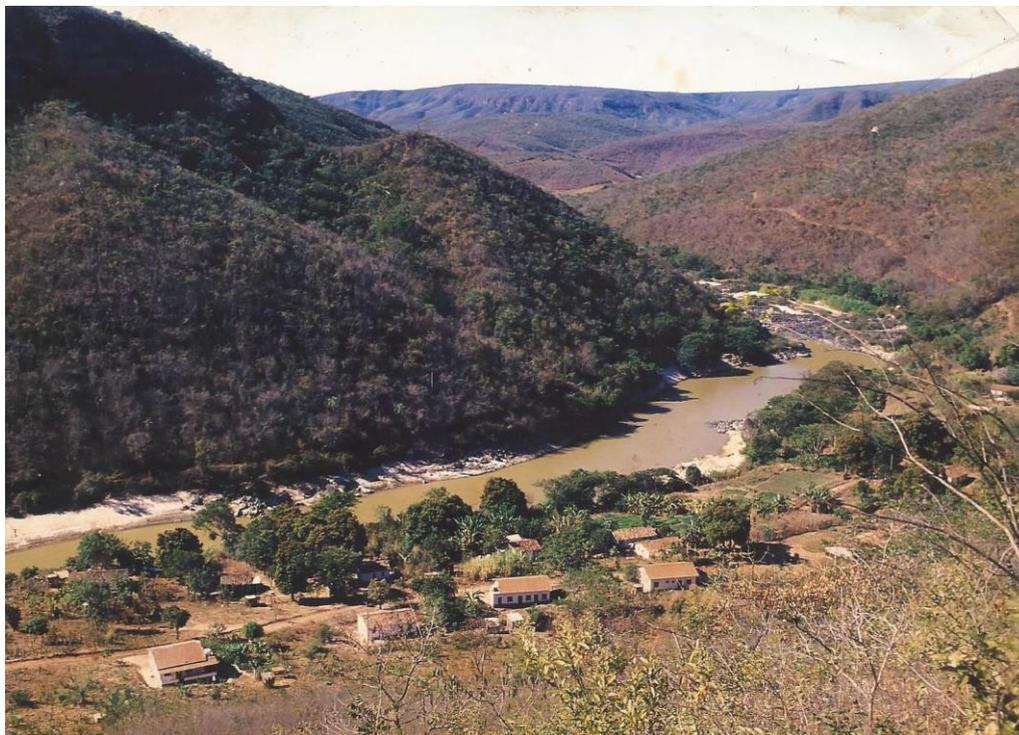
SOUZA, João Valdir Alves de. Mineração e pecuária na definição do quadro sociocultural da região do Termo de Minas Novas. In: SOUZA, João Valdir Alves de & HENRIQUES, Márcio Simeone (Orgs). **Vale do Jequitinhonha**: formação histórica, população e movimentos. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de viabilização política da Usina de Irapé**: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se negueia”: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Ed. UNB, 1990.

ANEXOS

Foto 1 – Porto Corís anteriormente ao deslocamento



Fonte: Reprodução/Marlene e Helder

Foto 2 – Porto Corís atual



Fonte: Fotografia do autor.

Foto 3 – Caixa de captação de água da chuva construída pela ONG Campo Vale.



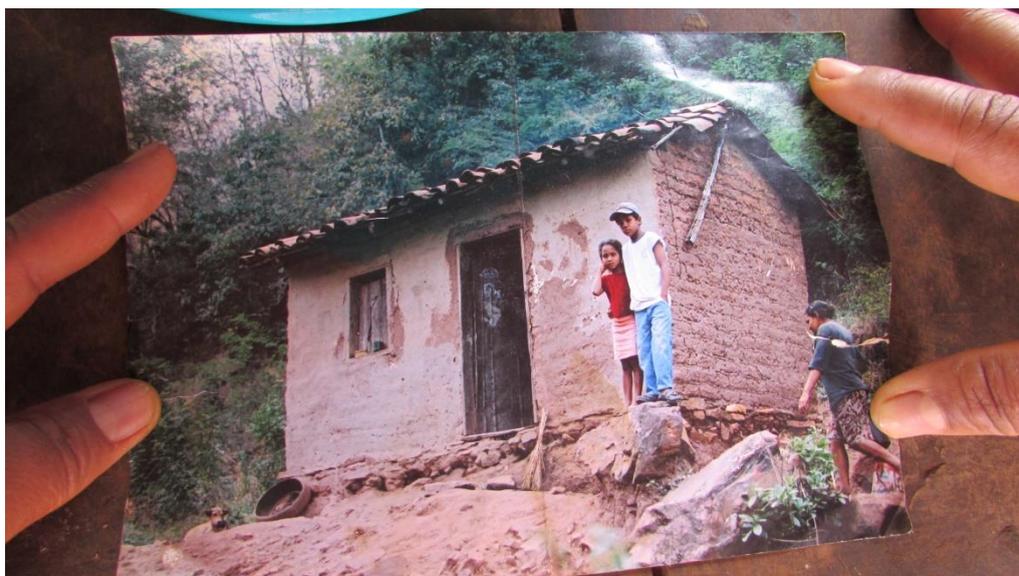
Fonte: Fotografia do autor.

Foto 4 – Casa de Marlene e Helder



Fonte: Fotografia do autor.

Fotografia 5 – Casa de Ângela e Geraldo no antigo território.



Fonte: Reprodução/Ângela e Geraldo.

Foto 6 – Casa de Ângela e Geraldo do reassentamento.



Fonte: Fotografia do autor.

Fotografia 7 - Escola



Fonte: Fotografia do autor.

Fotografia 8 - Igreja



Fonte: Fotografia do autor.

Foto 9 – Centro de Referência de Porto Corís



Fonte: Fotografia do autor.

Fotografia 10 - Praça



Fonte: Fotografia do autor.